

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 6

(Sem revisão final)

10 de janeiro de 2019

(17 h 10 m – 20 h 44 m)

Ordem do dia:

Audição do Coronel de Infantaria Francisco José Ferreira Duarte.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

José de Matos Rosa (PSD)

Diogo Leão (PS)

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, iniciaremos esta segunda sessão de audições com a audição do Sr. Coronel de Infantaria Francisco José Ferreira Duarte, cuja presença agradeço.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Sem mais delongas, na sequência, aliás, do que foi comunicado na última reunião, tendo o depoimento do Sr. Coronel sido solicitado por todos os grupos parlamentares, a ordem de perguntas será sequencial e decrescente, em termos de representação parlamentar.

Portanto, a audição começará com o Grupo Parlamentar do PSD, pelo que dou de imediato a palavra ao Sr. Deputado Matos Rosa, que dispõe, como sabe, de 8 minutos. O Sr. Coronel responderá e eu, tendencialmente, abster-me-ei de intervir. Limitar-me-ei apenas — espero! — a comunicar o fim do tempo.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Coronel Francisco José Ferreira Duarte, agradecendo a sua presença e disponibilidade para estar aqui connosco e para nos ajudar no apuramento dos factos no desaparecimento do material militar do Paiol Nacional de Tancos, que é o objetivo desta Comissão.

Sr. Coronel, as perguntas que preparei para esta audição são simples, diretas e penso que também têm uma resposta direta.

Qual o seu posto, qual o local onde presta serviço atualmente e quais as suas funções?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte** (Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15, de 4 de outubro de 2016 a 30 de junho de 2017 e de 18 de julho de 2017 a 11 de outubro de 2018): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, Sr. Deputado, antes de mais nada, se me permite, queria dizer que é com muito gosto que estarei disponível para responder a qualquer pergunta que me seja colocada, dentro da abertura e da sinceridade a que me habituaram desde sempre. Desde os 11 anos que ando fardado e, portanto, é uma honra estar aqui.

O meu posto é o de coronel, desde 2015.

Estava colocado no comando de Nápoles, na Itália, quando fui promovido. Quando regresssei fui nomeado comandante do Regimento de Infantaria n.º 15, em Tomar, e tomei posse no dia 4 de outubro.

Após os acontecimentos pelos quais estamos aqui, fui exonerado no dia 1 de julho. Voltei a tomar posse no dia 18 de julho e terminei as minhas funções no dia 12 de outubro, por ter sido nomeado para frequentar o Curso de Promoção a Oficial General (CPOG). Neste momento, estou colocado no Instituto Universitário Militar (IUM).

Penso que isto é o suficiente para enquadrar onde estive e onde estou neste momento.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Atualmente está no curso de oficiais generais? Quando acabar esse curso, se for aprovado — penso que será assim —, é promovido automaticamente ou não?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não, isto não funciona assim.

Este curso cria condições para isso. Depois, é conforme as necessidades... Há muitas situações de oficiais que frequentaram o Curso de Promoção a Oficial General e que nunca chegaram a ser generais. Isto dá

alguma flexibilidade à estrutura para escolher a pessoa certa, na altura certa, para o local certo.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Eu sabia, só perguntei para haver um esclarecimento, até porque, em relação ao curso e, depois, à passagem a oficial general, havia dúvidas sobre como tudo se processa.

Pedia-lhe que dissesse, só para sabermos, quem é o militar que está aqui connosco. Quem é a pessoa que está no serviço militar, que presta serviço militar? Quem é que está aqui connosco e qual é o seu percurso?

Pedia-lhe que nos relatasse um pouco do seu percurso militar, desde que entrou na Academia. Já não digo nos Pupilos...

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — No Colégio Militar.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Já não digo no Colégio Militar, mas desde a Academia Militar, desde 1984.

Faça-nos um pequeno relato daquilo que foi a sua vida militar.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Portanto, fui voluntariamente para o Colégio Militar, com 11 anos, e terminei em 1984. Ingressei na Academia Militar nesse ano e optei pela arma de Infantaria.

Passei 12 anos da minha carreira em Mafra, onde ocupei praticamente todas as funções, exceto a de comandante, naturalmente. Fui comandante de pelotão, de instrução. Quem tem o mínimo de conhecimento de uma escola prática de infantaria, sabe que passei por muitas funções, de instrução, operacionais, etc.

Ainda nesse período, estive em Moçambique, durante cerca de um ano, na formação das forças especiais de Moçambique, como instrutor.

Depois, em 1996, fui para Angola e estive no Planalto Central, no Huambo, como segundo comandante da Companhia Logística n.º 6. Nessa mesma senda, voltei mais tarde a Angola, em 2004, como instrutor do Instituto Superior de Ensino Militar (ISEM), em Viana, perto de Luanda.

Entretanto, também estive em Timor como oficial de informações do Batalhão de Infantaria da Brigada Ligeira de Intervenção.

A ver se não me esqueço de nada... Estive também no Afeganistão, com o nosso Coronel Esperança, que esteve aqui ontem. Estive no Uganda, como comandante do campo de treino de somalis na EUTM Somália (European Union Training Mission).

Depois, estive no Comando de Oeiras, da NATO (North Atlantic Treaty Organization), durante dois anos, e a minha última função fora foi a de oficial de *staff*, de sincronização de campanha, no Comando Operacional de Nápoles, da NATO.

Em termos de carreira, em 2000 frequentei o Curso de Estado-Maior; depois, fui colocado no Estado-Maior do Exército, na revisão de quadros orgânicos. Estava a ver se não me esquecia de nada de relevante. Foi mais ou menos este o percurso.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Tinha aqui uma pequena nota, que era para não fazer, mas faço-a, porque no seu currículo não aparecem as suas condecorações ou louvores. Tem algum especial ou que seja mais importante para si?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não, as condecorações são, normalmente, o resultado do desempenho, são naturais! É uma situação perfeitamente natural.

Tenho-as de dois serviços distintos: de mérito militar e, depois, grande parte das condecorações são das comissões que referi, desde Angola a Timor, Moçambique, Uganda.

Já estive, basicamente, a trabalhar em todas as organizações internacionais às quais Portugal fornece militares, desde a União Europeia à NATO, à ONU. Na ONU estive duas vezes, quer em Moçambique, quer em Angola.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Isto era só para sabermos que é um militar preparado, atualizado, que já esteve em vários teatros de guerra, em vários locais e, portanto, também para verificar que as nossas Forças Armadas têm militares que estão preparados, atualizados e que são do melhor que há em relação às forças de outros países.

No ano de 2017, qual era o seu posto e onde se encontrava a prestar serviço?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — No ano de 2017 já estava em funções no Comando do Regimento de Infantaria n.º 15, em Tomar. Isto, até dia 1 de julho, como já referi.

Depois de ser exonerado fui colocado, durante esses 15 dias, no Comando das Forças Terrestres (CFT), na Amadora, a aguardar ordens.

A 18 de julho, recebi novamente o despacho de nomeação para a mesma função.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, em relação ao Paiol Nacional de Tancos, conhece as instalações dos paióis?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Conheço. Conheço a parte de fora, quer dizer, nunca entrei num depósito. A parte do

perímetro e aquela parte da entrada onde ficam os militares, a parte administrativa, por assim dizer, essa sim.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Deslocava-se às instalações dos Paióis Nacionais de Tancos? Com que frequência?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não, eu não me deslocava lá. Quem se deslocava lá era o oficial de operações, por vezes o segundo comandante. Não tinha como hábito deslocar-me lá.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sabe — penso que poderá saber — se o RI15 (Regimento de Infantaria n.º 15) tinha algum paiol ou paiolim de sua responsabilidade, onde ninguém entrava, só com o vosso material?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — É porque nós temos essa informação, de que cada um tinha o seu paiolim ou paiol e de que faziam a sua gestão.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não é exatamente assim.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O RI15 deslocava militares para fazer a guarda das instalações no Paiol Nacional de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — É verdade, tínhamos um plano. Um plano anual que era feito — era e é! — pela entidade

primariamente responsável, a Brigada de Reação Rápida (BrigRR), que dizia exatamente o que cada unidade fazia e quando o fazia.

Com base nesse plano anual, nessa diretiva, por assim dizer, cada unidade fazia a sua diretiva. Pelo menos, falo pela minha unidade. Eu fazia uma diretiva que dava instruções específicas, com base na documentação existente, aos militares que lá iam.

Normalmente, dentro da minha unidade, nomeava como responsável para essa missão o 1.º Batalhão de Infantaria Paraquedista, que é a unidade operacional. Em caso de outra necessidade e de maior importância, estava como reserva a Companhia de Comando e Serviços, que também fazia parte da unidade.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Com que frequência e quais eram as competências e responsabilidades? Era só a de guarda? Não entravam nos paióis? Ou faziam as duas coisas?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — O que está estipulado... Sim, porque isto não era ao critério dos comandantes dos regimentos, estava perfeitamente estipulado, por uma norma de execução permanente (NEP) da Brigada de Reação Rápida, qual o número de militares a fazer essa segurança e o que é que tinham exatamente de fazer.

Portanto, competia-nos apenas transcrever para um documento, dar indicações aos militares, melhor dizendo, não era aos militares, mas ao comandante desses militares, sobre o que é que tinham de fazer e como é que tinham de o fazer, de acordo com o que estava estipulado.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, como é que o RI15 fazia o levantamento de material destes paiolins ou dos paióis?

Julgava, porque era essa a informação que tínhamos, que cada Regimento tinha dois ou três paiolins, como é agora o caso de St.^a Margarida. Mas, se calhar, a informação não era a mais correta, pelo que pedia ao Sr. Coronel que explicasse isso e, também, como é que se processava o levantamento do material necessário para o Regimento.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não estou especificamente nessa área, mas, tanto quanto sei — não tenho 100% de certeza absoluta! —, há lá paióis de unidades. Sei que a Engenharia tem e que o Regimento de Paraquedistas também tem, mas o grosso dos paióis pertence à logística do exército, não pertence a nenhuma unidade específica.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — À unidade de gestão!

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Claro que quem é responsável por isso é a logística, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), que tem a obrigação de gerir esse material.

Para ser mais fácil de perceber, vamos entender aqueles paióis como um grossista e os supermercados, que são as unidades, vão lá levantar material mediante requisição, mediante autorização, mediante os procedimentos que estão estipulados.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O material sobranço, que não era utilizado, era devolvido. Também era devolvido nestes termos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sim, correto. Ou seja, normalmente, o material quase sempre pecava por defeito, isto é, nunca tínhamos as munições de que precisávamos, nunca tínhamos os explosivos. Era difícil sobrar! Mas, caso sobrasse, se não tivéssemos condições para

aciononar o material na unidade, ou pedíamos a uma unidade que o acondicionasse segundo as regras estipuladas ou o devolvíamos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Em relação ao desaparecimento do material do Paiol Nacional de Tancos, como e quando soube desse desaparecimento?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Soube pelas notícias!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Muito bem!

A partir do momento em que soube pelas notícias, ou pelo menos em que houve essa informação — como todos nós soubemos, pelas notícias! — , que medidas tomou na sua área de responsabilidade?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Nessa altura, não era eu quem estava responsável pelos depósitos.

Portanto, isto aconteceu em junho e o RI15 teve essa responsabilidade em março/abril e, mais à frente, em setembro/outubro. Poderíamos ser, mas, de acordo com o plano, naquela altura não eramos nós a desempenhar aquela função.

A seguir, tomámos conhecimento oficialmente. Inicialmente, soube pelas notícias, mas depois tomámos conhecimento oficialmente e, logo de seguida, recebemos diretivas específicas para melhorar... Foi aumentado o pessoal... Há uma diretiva do Comando das Forças Terrestres que altera grande parte das medidas que estavam em funcionamento até à altura.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Falámos do roubo, mas que comentário faz acerca da devolução do material desaparecido?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Como deve imaginar, para quem anda nesta função, nesta profissão, o furto é altamente triste. É triste e deixa-nos muito magoados, porque ninguém gosta de falhar, particularmente quem tem essa responsabilidade.

Não é uma coisa de que nos orgulhemos. Se houve furto, houve falhas, naturalmente, e temos de as assumir. Temos de ver o que esteve mal, o que se pode corrigir e o que tem de ser feito. Isso está a ser feito!

Quando à devolução, tudo o que sei também sabem os senhores, ou talvez saibam mais, porque eu sei-o pelas notícias. Não há, propriamente, uma informação de acompanhamento dos acontecimentos que me permita saber o que é que está a suceder ou não. Aliás, não está na nossa esfera de capacidade de resolução.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Algumas das perguntas, faço-as porque o senhor é o especialista, coisa que eu não sou e preciso de saber aquilo que o senhor sabe, de documentos, ou quais são as suas interpretações.

Não acha estranho não ter sido logo contactado — se foram as chefias que souberam e comunicaram! —, sendo comandante do Regimento?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Seria de certeza contactado se fosse a minha altura de estar com aquela responsabilidade. Naquele período de junho, quando aquilo sucedeu, não era a minha unidade que estava a fornecer militares para executar aquela missão.

Portanto, acredito que quem estava a desempenhar a função, a hierarquia, desde o executante até quem tem a responsabilidade de emanar diretivas e de aprovar procedimentos, teve, naturalmente, procedimentos imediatos a fazer.

Sei, informalmente, que aconteceu isso, mas trabalhando na base do *need to know*, não podia fazer nada a não ser ter conhecimento.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Qual era a unidade que estava nessa altura em..

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Era a Engenharia.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, pedia-lhe um comentário à forma como vê a sua exoneração/suspensão.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — É mesmo exoneração.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — A exoneração vem em papel de exoneração em 1 de julho de 2017, segundo as explicações que foram dadas na altura, para não haver entraves à investigação, nem interferir nos processos de averiguação.

Pedia um comentário seu a esta situação.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — O meu comentário é muito simples: na minha forma de estar e de exercer a minha profissão, rejo-me sempre pelo princípio da confiança, na confiança nos superiores, e por todos aqueles... Não vale a pena estar aqui a enumerá-los, porque, com certeza, também os devem conhecer.

Este tipo de organização, que é bastante hierarquizada, se não for uma máquina oleada, em que se tenha confiança nas pessoas que estão ao lado, nas pessoas que estão acima e nas pessoas que estão em baixo, simplesmente não funciona, não funciona!

Portanto, quem me exonerou foi a mesma pessoa que me nomeou. Ou seja, na verdade, estou ao dispor do Estado, em última instância, estou ao dispor do Exército. Se alguém acha que sou suficientemente competente para desempenhar aquelas funções, nomeia-me para desempenhar aquelas funções. Se, a determinada altura, é necessário retirar-me daquelas funções, definitivamente ou até quando for necessário, retira-me daquelas funções. E foi isso, exatamente, que me foi explicado, antes da minha exoneração. O General Chefe ligou-me a dizer o que ia fazer e, depois, mais tarde, despachou para assumir funções novamente.

Não estou a entrar no campo psicológico, no campo de afetação, estou a entrar meramente no campo da frieza das coisas. Assim como fui nomeado, porque foi entendido que seria apto para desempenhar aquelas funções, assim fui exonerado, porque, naquele período, não seria necessária a minha presença.

É o que tenho para dizer, não tenho mais nada para referir.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Gostaria de entrar na parte da segurança dos Paióis Nacionais de Tancos.

Sabe se os paióis 14 e 15 estavam afetos à Engenharia ou não?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não tenho a certeza.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Quanto à segurança, posso dizer — sendo eu um leigo nesta matéria — que esta é proporcional à ameaça?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sim.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Podia explicar-me?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Normalmente, em termos militares — e não só, mas só posso falar em termos militares —, fazemos o planeamento de uma determinada missão. A segurança também é uma missão. Para fazer esse planeamento temos de nos basear em alguma coisa: temos de nos basear nos meios disponíveis, nas capacidades que temos, etc., mas, à partida, temos de nos basear, logo, no nível de ameaça. Esse nível de ameaça tem especialistas, tem pessoas dedicadas especialmente a isso que nos vão, face aos acontecimentos, face ao que se tem verificado, dar um determinado padrão ou definir qual é o nível de ameaça. Depois, com base nesse nível de ameaça, são adequados os meios para fazer face a esse nível de ameaça.

Basicamente, é assim que funciona, não tem muito mais.

Claro que, depois, na prática, talvez se possa tornar um pouco mais complicado, porque, depois, em relação aos meios, temos de tomar opções, temos de assumir riscos, quando não temos os meios suficientes. Há uma série de outros fatores que entram no planeamento. Depois, o plano é executado, passa a ordem e passa a execução e, depois, há um acompanhamento dessa evolução, se o plano está a ser cumprido ou não.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Portanto, posso concluir que o número de militares destacados no terreno ou de serviço efetivo que se encontrava no paiol foi sempre proporcional à ameaça que se tinha na altura?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sim.

A unidade responsável por fazer o plano de segurança para aquela área era a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército e esse plano estava feito. Quem faz esse plano é que tem de ter em consideração qual o nível de ameaça que se prevê. E, pronto, eles é que terão de dizer que, face às

existências, face às condicionantes, etc., aqueles elementos são os suficientes.

Pediam-me, ao Regimento de Infantaria n.º 15, oito militares. Podiam pedir-me 20. Se pedissem 300 era complicado porque eu não os tinha, mas eu fornecia exatamente o número de militares que me pediam. Eu não podia estar a «achar», cumpria apenas o que estava previsto.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Posso concluir, em relação aos Paióis Nacionais de Tancos que o RI15 (Regimento de Infantaria n.º 15) tinha só funções de guarda e de consumo de material militar?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sim.

Aliás, todas as unidades têm a responsabilidade de consumo porque aqueles depósitos servem o Exército inteiro. A guarda é que foi dada só àquelas unidades coordenadas pela Brigada de Reação Rápida.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, conhece as normas, as referências ou orientações-normas relativas à segurança física do Paiol Nacional de Tancos? Posso descrever-lhas, posso até lhe dar uma cópia, são várias e termina com um plano de segurança do PNT (Paiol Nacional de Tancos).

É a UAGME (Unidade de Apoio Geral de Material do Exército) que faz a gestão dessa parte. Conhecia estas normas todas, desde a Diretiva n.º 70 ao fax n.º 80, de 5 de janeiro de 2007?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Isso é o histórico.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Conhecia todo o histórico, no fundo, as informações que fazem com que a gestão da segurança seja feita, portanto, conhecia todas estas normas?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sim, sim!

Estava ciente delas, de todas as que me diziam respeito e as quais eu utilizava para elaborar a diretiva. Portanto, as diretivas que eram feitas lá no Regimento, para execução daquela missão, tinham de ter em consideração todas essas normas, todas essas orientações superiores.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Essas normas eram depois discutidas com os outros comandantes que faziam guarda ao paiol, ou não?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Como assim? Discutidas? Não.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Nestas normas, havia uma norma geral que tinha de se adaptar? Havia uma parte em que cada um dos regimentos tinha as suas normas mais adaptadas, ou não?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não, não! Isso são normas do escalão superior. Se vir, tudo isso são normas ou do Estado-Maior do Exército ou do Comando Operacional das Forças ou da Brigada de Reação Rápida. Tudo isso são normas superiores que são entendidas por necessárias para dar orientações a quem as executa. A única norma que eu elaborava era a diretiva interna para a execução da missão, que era baseada, exatamente, naquelas normas.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Era igual para todos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Era igual para todos!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Em termos de segurança, de estado de segurança, temos vários estados: o Alfa, o Bravo, o Charlie.

Gostava que nos falasse sobre isso.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Isso depende da ameaça. Há uma entidade nacional — e mesmo do Exército — que avalia o estado de ameaça e que sobe ou desce o estado de segurança, consoante a ameaça previsível para aquele período.

Portanto, quando acontecem situações, como conhecemos, do ataque nos Estados Unidos, quando há indícios ou quando se prevê que se podem verificar condições para elevar o estado de ameaça — também pode subir na visita de altas entidades, a visita do Papa, por exemplo —, quando se verifica que há necessidade de aumentar o estado de segurança, esse estado de segurança é aumentado, mas não é por nós. São entidades próprias que fazem esses estudos. Nós temos os planos preparados para agir consoante os estados de segurança.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Qual era o estado normal de segurança no paiol de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — É o atual, é o Alfa. Não há ameaça que justifique, para já, pelo menos de que tenha conhecimento, o aumento do estado de segurança.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Agora já nem há ameaça!

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Há sempre alguma, residual.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Lembra-se de alguma mudança de estado de segurança?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Só naquelas situações da visita do Papa e do 11 de setembro. Só nessas situações é que me recordo, mas, pessoalmente, não me lembro de ter havido mudança do estado de segurança.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, até agora falámos do que determina a mudança do estado de segurança, mas quem e como se determina a ordem para mudança do estado de segurança?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Como assim?

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Como lhe é comunicado? Porque alguém determina isso a nível nacional.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — É por mensagem. Essa mensagem vem do Comando das Forças Terrestres, aliás, normalmente, até ao nível das Forças Armadas, que dão conhecimento aos ramos e, depois, as entidades responsáveis por cada uma das unidades vão difundindo essa informação por mensagem e nós procedemos.

A mensagem apresenta uma data: «a partir da x data, às tantas horas, o estado de segurança aumenta para...».

A mensagem pode ser relâmpago ou de rotina, dependendo do tempo em que tem de ser executada.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O Sr. Coronel é um homem experiente e já esteve em muitos locais e já chefiou muitas unidades das Forças Armadas. Deve saber que os estados de ameaça são determinados pelo cruzamento de informações entre várias entidades, não só militares, mas também exteriores aos militares, peço desculpa pelo termo utilizado.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — É verdade, é verdade!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Gostava que explicasse um pouco, se é possível.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não sou a pessoa indicada para explicar isso. Tenho a minha opinião, mas tenho a noção de que existe uma Autoridade Nacional de Segurança, que todas as instituições do Estado deverão fazer essa análise, essa apreciação e, depois, de acordo com os indícios técnicos, alterar, ou não, os estados de segurança.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Alguma vez lhe foi comunicado ou soube da existência da possibilidade de existir um assalto ao paiol, durante o primeiro semestre de 2017? É que existem, mais tarde, referências na comunicação social sobre isso.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não, pessoalmente, não! Não tive conhecimento de nada.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Alguma vez sentiu que poderia haver uma ameaça e que deveria testar o estado de alerta noutra patamar?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Vamos lá ver, ameaça há sempre! Nunca poderemos estar plenamente descansados. Só que, como entidades executantes, não temos os dados que permitam fazer a análise dessas ameaças, analisar os riscos, ver os indícios técnicos, conjugar isso tudo e subir, ou não, o estado de ameaça.

O plano existe. Um dos princípios que os militares seguem é o treino dos planos. Vou dar-lhe o exemplo do Regimento de Infantaria n.º 15 — é nessa condição que aqui estou: temos o plano de incêndios, o plano de emergência e todos os anos testamos aquele plano. Faz parte dos procedimentos testar o funcionamento daquele plano.

Acredito, também, que a entidade que é responsável por determinada missão ou por executar determinado plano faz exatamente esses treinos que é para que, quando acontecer, quando tiver de acontecer, cada elemento saiba o que tem de fazer e para onde tem de ir e quais são os procedimentos que tem de tomar.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Os seus militares, quando acabavam aquele mês em que estavam lá, faziam-lhe relatórios e apresentavam-lhe os vários estados, desde as instalações, aos problemas de ameaças ou aos problemas de segurança?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Isso está tudo estipulado!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O que é que fazia a esses relatórios?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Está tudo estipulado e, como a segurança era durante um mês, sempre que havia uma equipa — não eram sempre os mesmos, iam rodando — que terminava a sua missão, quando regressava fazia um relatório e identificava as deficiências, os problemas que tinha encontrado quer a nível de mato alto, quer a nível de videovigilância. Todas as deficiências que encontrava comunicava.

Se fosse um incidente ou um acontecimento específico e fora desta linha, fazia imediatamente aquilo que nós chamamos um «relin»: um relatório imediato. Portanto, se acontecesse alguma coisa extraordinária, era imediatamente relatada, via Regimento — porque eles pertencem ao Regimento.

Eramos nós, era eu, em última instância, que teria de avisar o escalão superior de que aconteceu isto: «foram vistas pessoas, ali fora, com atividades suspeitas». Quando não se verificavam estes acontecimentos específicos, no final do mês, ou seja, no final da missão — que era de um mês — havia um relatório que era elaborado e que resumia todas as deficiências encontradas, tudo o que aconteceu durante aquele mês. Era assinado pelo comandante da unidade, neste caso eu, e era comunicado ao escalão superior.

Não sei se têm conhecimento desses relatórios, se já viram algum desses relatórios, mas era esse o procedimento normal que estava descrito no plano.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Para terminar, porque o tempo está a acabar e quero cumpri-lo, gostaria de colocar-lhe algumas perguntas sobre as obras nas instalações.

Ao longo dos anos foram realizadas várias obras nas instalações. Sabia e ia acompanhando, de certeza, essas obras, até por causa dos relatórios.

Sabe por que não foram efetuadas as obras que estavam previstas, em 2017, e que orçavam, em dois concursos, em quase 600 000 €— 572 000 € — e porque é que foram suspensos os concursos e de quem era a responsabilidade destas obras?

Como estou a acabar, quero agradecer desde já as explicações e as respostas que deu às minhas questões, Sr. Coronel.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — O estranho seria que, face aos relatórios que fazíamos... Nós fazíamos esses relatórios à entidade primariamente responsável que é a Brigada de Reação Rápida, que executava o plano que tinha sido feito pela entidade responsável e que também fazia e comunicava o que acontecia ao escalão superior da Brigada, que é o Comandante das Forças Terrestres. Portanto, havia uma comunicação contínua.

Estranho seria se, mesmo assim, nada acontecesse. Mas estava a acontecer, quer dizer, os militares que frequentemente iam lá, começaram por ver um muro a ser construído, começaram por saber que estava prevista a revisão, através do SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica). Não andava com a velocidade que desejaríamos, porque, embora os paióis sejam uma instalação muito sensível, não é a única coisa que o Exército faz. Portanto, tinham de fazer opções em termos de distribuição da verba existente. Calculo. Isto é uma opinião minha. Se nada acontecesse, seria mais estranho. Certo é que ia acontecendo. Não com a velocidade desejável.

Portanto, há um muro que está feito...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Mas não sabe porque é que foi suspenso?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não faço ideia. Não faço ideia, porque isso é, nitidamente, um plano de obras. Faz parte de um plano de obras de investimento, do qual não tenho conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, o Sr. Deputado Diogo Leão, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento, particularmente o Sr. Coronel, julgo que quase tirocinado, José Ferreira Duarte. Agradeço o facto de estar, hoje aqui connosco, e ainda os esclarecimentos que, entretanto, já prestou.

Este trabalho é, obviamente, contínuo. Creio que todas as forças políticas têm o mesmo interesse em aferir os objetivos da Comissão. É para isso que aqui estamos.

Gostava, naturalmente, de agradecer as informações que já nos trouxe, para trazer mais luz aos acontecimentos de Tancos e também para o nosso entendimento do funcionamento desta unidade e destas instalações.

Gostava de fazer uma breve contextualização, até por vício de profissão, pois sou historiador. Por isso, e falando um pouco sobre o historial dos paióis de Tancos, sabemos que a sua criação foi feita nos anos 80 do século XX e, passando em revista o seu historial, resulta a noção de que, durante décadas, houve algumas contradições e bastantes insuficiências no binómio da gestão e da segurança das infraestruturas.

Isto é, desde a criação dos paióis, a responsabilidade das instalações foi dada a determinada direção ou unidade, mas os efetivos para a segurança foram sempre requisitados a uma unidade distinta, em grande parte deste período, no século XX, à Escola Prática de Engenharia (EPE).

A partir de 1992 deviam ter-se atribuído à EPE 40 soldados, em número de 4 cabos e 36 praças, que nunca foram fornecidos ou aumentados

ao efetivo da Escola, pelo menos neste número pré-definido pela administração de pessoal do Exército para a missão de segurança dos Paióis Nacionais de Tancos. Em 2007 viu-se este efetivo, de 44 militares, que, segundo depreendi, também figurava em grande parte apenas no papel, reduzido oficialmente, por determinação do Comando das Forças Terrestres, em cerca de 75% do número de militares.

Este cenário, assim descrito na minha visão civilista, dá impressão da existência de uma insuficiência crónica a nível de efetivos, ao longo de mais de duas décadas e muito antes de o Sr. Coronel, naturalmente, assumir as funções de comando que teve no Regimento de Infantaria n.º 15, de Tomar.

Soma-se, pelo menos à minha perceção, a falta de condições de segurança, crónica e arrastada ao longo do tempo, devido à informação que temos de que o sistema de alarme sensorial fora desligado em 2000 e, em 2006, o sistema de vigilância por vídeo foi considerado obsoleto, sendo em 2012 totalmente desativado.

Passava a algumas questões sobre o historial também. O Sr. Coronel sabe se, efetivamente, em 2007, e antes de 2007, existiam, prontos e disponíveis, 44 militares, que faziam o serviço de vigilância e segurança a Tancos? Eram 44 militares para cada 24 horas, destinados à vigilância e, a partir daí, só passaram a ser oito para cada 24 horas?

Se eram 44 militares, onde estavam alojados? Como faziam essa vigilância? Enfim, estariam as torres guarnecidas? Com tantos militares quase que haveria dois militares para estarem à porta de cada um dos paióis, dos 18 paióis...

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, em 2007 estava em Angola. Portanto, aquilo que sei não é de estar lá, é de ter lido, da minha curiosidade natural em procurar perceber, mas apenas curiosidade pessoal.

Tanto quanto sei — o que pode estar errado, porque, como digo, foi mesmo curiosidade pessoal —, efetivamente, na Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, no quadro orgânico inicial, de 2007, estava contemplado lá um pelotão, exatamente para segurança das instalações que pertenciam àquela unidade. Tanto quanto sei, nunca se conseguiu ativar esse pelotão — posso estar errado —, mas a segurança não ficou desguarnecida. Foi pedido à unidade que estava mais próxima, que era a de Engenharia, para fazer exatamente esse trabalho.

A partir daí não sei exatamente o que sucedeu, até porque esse depósito vinha do sul, porque a unidade é do sul, e tinha de fazer este deslocamento para os paióis, o que ficava mais oneroso. Por isso, a Engenharia, na altura, apoiou essa segurança. Mas, como digo, estou a falar da minha perceção. Não tenho factos, de um momento, que possam comprovar isto que estou a dizer.

Falou-me também da questão de os efetivos terem sido reduzidos. Nessa altura não estava... Também tomei consciência dessa mudança agora, depois de ter à minha responsabilidade os paióis, ia preocupar-me com isso.

Mas, se pensarmos um bocadinho, de 44 elementos, dedicados só a segurança daqueles paióis, provavelmente não estavam todos empenhados. Não sei qual era o efetivo que estaria empenhado, não posso dizer se eram 10, se eram 11, se eram 20. Eram 44 dedicados, não quer dizer que estivessem empenhados, senão não dormiam, não iam de férias, não tinham descanso. Portanto, não era, com certeza, o efetivo total que estaria lá. Se era metade, se era um quarto, se era um terço? Não faço ideia. Mas com certeza que não seria o total do efetivo.

O que me parece ser a diferença é que, naquela altura, ainda tínhamos efetivos que permitiam dedicar um efetivo para uma missão, coisa que, hoje em dia, com a falta enorme de efetivos que temos e com as tarefas variadas que temos, acrescidas agora, também, do apoio que damos — e muito bem

— à questão do apoio civil de emergência, nos incêndios, etc., continuamos a fazer as mesmas tarefas. Mas têm de ser feitas de uma forma muito mais... Quer dizer, temos de ser imaginativos.

Se, naquela altura, os 44 homens chegaram — foi assim que foram desenhados, não sei se alguma chegaram, efetivamente, a fazê-lo — ou não a estar todos lá, certo é que esta situação, de lá meter oito elementos, pareceu-me ser no sentido de recrutar esses oito elementos diariamente, de um universo de 200. Ou seja, enquanto, na altura, havia 40 dedicados, estes oito não estão dedicados, são oito, dentro dos 200, que fazem outras coisas.

Os senhores possivelmente têm acesso ao meu relatório de posse de comando e poderão ver que, em termos de comissões de segurança, o Regimento tinha duas: a de guarnecer Tavira e a de guarnecer os paióis de Tancos. Mas também tinha mais coisas para fazer.

Portanto, tinha de haver uma gestão de pessoal mais rigorosa. Quando digo mais rigorosa, não significa que antigamente não fosse rigorosa, podíamos era dar-nos ao luxo de dedicar pessoas só àquela missão, mais nada. Basicamente é isto.

Houve redução? Possivelmente houve, mas se a redução é tão grande, temos de pensar que os 44 elementos eram elementos só dedicados àquilo e, portanto, tinham de rodar entre si. Tinham de descansar, tinham de fazer outras coisas. Aqueles 44 elementos não faziam mais coisas, só faziam aquilo. Se nós começarmos a pensar um bocadinho, que eles têm de dormir, têm de comer, têm de tirar férias, etc., se calhar não está... Mas não consigo dizer, com certeza, se eram 20 que estavam em permanência, ou se eram 30... Mas com certeza que havia uma rotatividade natural.

Não sei se respondi à pergunta?

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Respondeu, com certeza.

Creio até, não querendo induzir em erro, que o seu antecessor no comando, o Coronel Vieira Esperança, ontem também nos deu a ideia de que, enfim, a força disponível, mesmo num sistema anterior, seria mais ou menos uma secção. Isto é, quem faria, no fundo, depois o sistema de rondas, seria uma força minimamente comparável, talvez com mais dois ou três militares.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não posso dizer isso com certeza, porque não tenho dados que me permitam dizer se eram mais dois ou mais três.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Com certeza, compreendo perfeitamente.

Quando o Sr. Coronel assumiu o comando do Regimento de Infantaria n.º 15 já vigorava um método muito diferente de segurança ao perímetro, mantendo-se, no entanto, todas estas falhas tecnológicas e materiais, que vêm sendo reportadas por diversos comandos, ao longo de quase duas décadas. Método esse em que a Brigada de Reação Rápida nomeava, mensalmente, uma de quatro unidades para que, entre elas, de forma rotativa, pudessem fornecer um sargento, um cabo e seis soldados para a segurança dos paióis.

Perguntava-lhe, naturalmente, se confirma esta informação. Perguntava-lhe, também, qual era a missão do Regimento de Infantaria n.º 15, relacionada com a segurança dos paióis e se esta passava exclusivamente, como disse há pouco, pelo fornecimento do pessoal que, por sua vez, fazia o controlo de dois pontos, ou melhor, do ponto de acesso, da entrada diretamente, e depois do perímetro em si.

Perguntava-lhe ainda a quem ou a que entidades cabia determinar, na vigência do seu comando, o número de militares necessário para a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos e se houve alguma articulação entre o Sr.

Coronel e os restantes três coronéis, comandantes das outras unidades, que, enfim, assumiam funções rotativamente, trocando impressões sobre se este número se afigurava o correto e o eficiente ou não.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Bom, o processo, como já referi, decorria da seguinte forma: efetivamente, eram oito elementos — um sargento, um cabo e seis soldados —, isso estava, e está, escrito e foi determinado já há algum tempo.

O plano estava executado, a nossa missão, e era essa que depois seguia na diretiva. O que eu fazia quando recebia a diretiva da EPR, da entidade primariamente responsável, ou seja, da Brigada de Reação Rápida, era especificar exatamente o que estava lá, tendo em consideração... Ou seja, não cabia aos Regimentos dizer como é que iam fazer a segurança, estava estipulado como é que fazemos a segurança. Nós limitávamo-nos... Portanto, na nossa missão nós não estávamos autorizados a entrar dentro dos paióis, propriamente ditos.

A nossa missão era garantir as boas condições de habitabilidade e de segurança da entrada e fazer a segurança ao exterior das instalações, ou seja, ao perímetro — verificar se o perímetro estava inviolável de forma permanente. Portanto, resumia-se às patrulhas que eram executadas em torno do perímetro, a ver se tudo estava conforme devia estar, ou seja, de forma segura.

Quanto a fornecedores de homens, nós éramos fornecedores de homens. Éramos. Efetivamente, pode, em última instância, dizer-se que os Regimentos eram fornecedores de homens, mas também tinham uma missão, que era a missão de segurança, que era cumprir o plano que estava escrito. E esse plano era igual para todos os Regimentos que tinham a responsabilidade de segurança.

No final da execução da missão, se não houvesse nada muito grave a acontecer, era feito o relatório, que era enviado para a Brigada, e do qual era dado conhecimento a todas as entidades, a todos os Regimentos que tinham responsabilidades de execução da missão, para, quando...

Ah, e era normal também, já que era a unidade de apoio da Brigada de Reação Rápida que tinha a responsabilidade de fazer essa coordenação, o oficial de operações, pelo menos, e só posso falar do meu Regimento, na semana anterior, ou antes de fazer a diretiva, ou antes de dar as indicações aos militares — no caso do Regimento de Infantaria n.º 15, ao 1.º Batalhão de Infantaria Paraquedista, o mesmo que esteve agora na República Centro-Africana, antes deste que lá está agora — fazia um contacto direto com a Unidade de Apoio e o oficial de segurança da Brigada de Reação Rápida, para fazer esse *briefing*, para dizer qual era o estado de segurança, para dizer qual era o estado da situação, para se inteirar das ameaças, para se inteirar do estado em que estava ou se havia alterações ao que estava do antecedente.

Portanto, naturalmente, havia uma preocupação de recolher o que estava do antecedente para transmitir a quem ia executar a missão a seguir, de como é que estava a situação.

Claro que havia situações que não se alteravam significativamente, aliás, basta ver os vários relatórios, desde 2006. Mas havia sempre pormenores. No nosso caso, quando chegámos lá em março, por exemplo, havia homens a trabalhar no muro, e isso era importante dizer, como era importante dizer quais eram os procedimentos: se podiam entrar, se não podiam entrar, qual era o ritmo deles, se ficavam do lado de fora, onde é que faziam o estaleiro... Quer dizer, há informações que é necessário passar e essa informação era concentrada na Brigada, que transmitia à unidade que tinha a responsabilidade de ir fazer a missão a seguir.

Não se se falhei alguma coisa?

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Não, foi esclarecedor.

Gostava de lhe perguntar o que é que o Sr. Coronel acha, ou achava, à época, desse sistema de repartição de responsabilidades, no fundo, em relação aos Paióis Nacionais, isto é, a divisão e partilha de responsabilidades entre a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, que geria as instalações e as requisições de material e o acesso propriamente dito aos paiolins, e outras unidades, em sistema de rotatividade mensal, onde figurava o Regimento que o Sr. Coronel comandou, as quais tinham essa responsabilidade a nível da segurança do controlo de entradas, da segurança do perímetro.

Enfim, não podia esta duplicação ser geradora de problemas, ou, pelo menos, potenciar o arrastamento de problemas já identificados desde há largos anos, nomeadamente aqueles em relação às vulnerabilidades já detetadas nas instalações? A falta de uma unidade de comando, de um comando único, não teria sido possivelmente um fator positivo para, no fundo, aligeirar estas vulnerabilidades, corrigir e atuar sobre estas vulnerabilidades?

Nesse seguimento, pedia-lhe também uma opinião, se possível, até porque tem experiência e conhecimento de comando, sobre se não seria preferível que a unidade que gerisse as instalações tivesse também a responsabilidade da segurança das instalações.

É uma opinião!

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Certo. É por essa razão que estou a pensar um pouco, é porque estas opiniões vinculam apenas a mim.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sem dúvida, Sr. Coronel!

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — O que se passa é o seguinte: a divisão de responsabilidades nunca é o ideal, mas aqui é preciso ter em consideração que as responsabilidades estavam bem identificadas. A gestão dos depósitos era da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército. A responsabilidade de segurança foi atribuída a uma única entidade, à Brigada de Reação Rápida. Portanto, embora fossem quatro ou cinco unidades a fazer a segurança, elas não faziam o que queriam; elas faziam o que estava estipulado pela única entidade responsável pela segurança, que era, e é, a Brigada de Reação Rápida.

O ideal seria que a unidade responsável pelos depósitos fosse também a unidade responsável pela segurança. E, agora, vou fazer aqui um parêntesis para dizer o seguinte: enquanto estive naquela função de comando que referi — e noutras também, mas agora vamos cingir-nos a esta —, no comando do Regimento de Infantaria n.º 15, a minha preocupação, e não só minha, porque sei que qualquer comandante faz isto, foi sempre a de chegar ao final do dia e pensar: «Fiz tudo o que estava ao meu alcance para tirar o máximo rendimento dos recursos que são pagos pelos contribuintes?»

É aqui que temos de consciencializar-nos de que estamos a utilizar meios e recursos que nos são dados pelos contribuintes. A nossa preocupação diária é fazer isso. Só quando a «manta começa a ficar curta» e nós temos de ir ao limite das nossas capacidades em termos de execução — porque nós temos o princípio de cumprir a missão até ao fim e temos de fazer todos os possíveis para isso —, só quando tivermos a certeza de que não é possível fazer mais nada, de forma séria e honesta, com a honestidade com que temos de fazer as coisas, só aí é que temos, digamos, de «atirar a toalha ao chão» e dizer «não temos capacidade».

Portanto, penso que esta solução, de atribuir às unidades próximas dos paióis a responsabilidade da segurança, só foi encontrada porque efetivamente não foi possível de outra maneira, foi a solução encontrada na

altura. Em termos de divisão de responsabilidades, as responsabilidades estavam bem identificadas desde o princípio. Sabia-se perfeitamente que o responsável pelo que estava no interior dos depósitos era a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército e a responsabilidade pela segurança estava entregue à Brigada de Reação Rápida.

Portanto, embora fossem várias unidades a executar, havia, e há, apenas uma entidade que coordena e dá indicações de como as coisas têm de ser feitas.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Nesse caso, era a Brigada de Reação Rápida.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Era, e é.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Quero ainda perguntar-lhe se é comum ou frequente nas Forças Armadas haver situações semelhantes, especialmente a nível do Exército, isto é, determinadas instalações ou infraestruturas terem uma gestão de determinada unidade para determinado fim e o funcionamento do serviço concreto estar cometido a determinada instância e, depois, a missão de segurança dessas mesmas instalações ser de outras unidades.

Conhece mais casos? É frequente?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Conheço!

No Ministério da Defesa, por exemplo, é assim. No Ministério da Defesa, quem faz a segurança cá em baixo...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Até tem segurança privada!

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Até tem segurança privada.

E é recorrente. Quer dizer, eu estive na NATO, no comando de Oeiras, e quem fazia a segurança era uma unidade que não pertencia à NATO, era uma unidade nacional.

Portanto, a missão de segurança a infraestruturas críticas é uma missão perfeitamente descrita nos manuais e está perfeitamente regulada, há doutrina sobre isso, pelo que não é nada de novo, é perfeitamente normal.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — O Sr. Coronel sentia que havia falhas, fragilidades, a nível da segurança dos Paióis Nacionais de Tancos (PNT)? Da informação que tinha na altura a partir dos relatórios que também lhe chegavam dos militares do seu Regimento que lá serviram, alguma vez temeu que algum tipo de intrusão, como aquela que aconteceu, pudesse ser uma realidade?

Partilhou alguma vez com camaradas seus, nomeadamente, com funções de comando, ou com aqueles que partilhavam, no fundo, as responsabilidades pela rotatividade da segurança ou, obviamente, com os seus superiores hierárquicos da Brigada de Reação Rápida, alguma vez partilhou, dizia, essas preocupações, se é que as teve, se é que as identificou à época?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Efetivamente, eu recebia os relatórios, via os relatórios diários, e toda a gente sabia exatamente quais eram as dificuldades. Quer dizer, não estando lá, era difícil não saber o que é que se passava lá, porque os relatórios eram bem claros e diziam o que é que estava a funcionar, o que é que não estava a funcionar...

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Os relatórios, pelo menos desde 2013?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Os que eu recebia. Estou a cingir-me àquele período entre 2016 até ao acontecimento, e depois continua.

Portanto, eu sabia exatamente o que se passava lá. E o escalão superior era informado. Repare: aqui passa muito pela capacidade que as unidades têm de fazer intervenções em áreas que não são da sua responsabilidade. Ou seja, foram feitas intervenções pela entidade que devia intervir lá.

Para nós, na execução da segurança e na execução da missão, restava-nos alertar oportunamente para o que acontecia e quais eram os eventuais riscos ou perigos. Quem teria de fazer essa análise, se seria de manter ou de tomar atitudes contrárias, é sempre a entidade primariamente responsável, ou aconselhando-se através do escalão acima dele, que é o Comando das Forças Terrestres. Face à ameaça, isso nunca foi necessário, nada se alterou.

Portanto, acredito e, como disse no início, um dos princípios é o de que temos de acreditar nos camaradas que estão a exercer uma função que poderei ser eu a exercer mais tarde. Temos de acreditar quer no escalão superior, quer nos nossos soldados, quer nos que trabalham connosco. E acredito que as pessoas também não veem, nem tratam aquilo de ânimo leve. Portanto, a minha preocupação era com certeza a preocupação deles quanto à forma como podiam tentar resolver o problema.

Quanto a saber se havia preocupações de segurança, há sempre preocupações, e por isso é que fazemos a segurança. Como é que nós minimizávamos isso, ou como é que conseguíamos, dentro das nossas possibilidades, fazer face a isso? Era alertando os militares que lá iam fazer a segurança, alertando-os dos eventuais riscos, dos cuidados a ter. Ou seja, há um reforço, digamos, do que estava escrito.

Mas não era só ler o que estava escrito, pois, sempre que saíam para a missão, também recebiam um *briefing* de segurança a alertar, de acordo com

as informações de que dispúnhamos, para com o que tinham de ter cuidado, como é que deviam identificar as pessoas, quais as rondas frequentes que deveriam fazer. Em suma, era feito um *briefing*. Mas só posso falar pelo Regimento de Infantaria n.º 15, porque era o único em que eu conseguia estar todos os dias.

Portanto, sempre que acontecia isso, os militares que iam executar a missão passavam... Aliás, isso está na diretiva do Regimento, onde se diz especificamente o que é que o sargento que vai iniciar a missão tem de fazer: tinha de passar pelo oficial de segurança do Regimento para receber informações, tinha de passar pelo oficial de dia para levantar o telemóvel, tinha de passar... Quer dizer, tinha uma série de procedimentos antes de arrancar para a missão. E quando arrancava, estava perfeitamente esclarecido e *up-to-date* sobre toda a situação que se passava nos paióis.

Quanto a saber se tememos pela segurança, nós tememos sempre e por isso é que temos a segurança montada, estamos sempre apreensivos com o que pode acontecer.

Agora, de acordo com a ameaça, acho que era o que era...

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Razoável!

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — ... garantido.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Presidente, vou colocar as minhas últimas questões.

O Sr. Coronel já nos disse que teve conhecimento do acontecido, em Tancos, em 27 e 28 de junho de 2017, pelas notícias, pelo que vou abster-me de aprofundar mais esse ponto, pelo menos, neste momento. O Sr. Coronel foi exonerado no dia 1 de julho, como aqui também nos transmitiu, sendo novamente nomeado alguns dias depois, no dia 18 do mesmo mês.

O General Rovisco Duarte, aqui, na Assembleia da República, na Comissão de Defesa Nacional, teve inclusivamente o cuidado de transmitir que a sua exoneração e a desoneração dos seus camaradas comandantes de unidades não podiam ser entendidas como qualquer tipo de sanções e que tinham sido meramente medidas preventivas para salvaguarda dos próprios comandantes e para salvaguarda, inclusivamente, do brio do Exército.

Entendeu assim a sua exoneração? *A posteriori*, julga que foi uma mais-valia para a tranquilidade das inspeções e das averiguações determinadas?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Isso sucedeu no dia 1, na televisão, mas naturalmente falou comigo antes e explicou-me. E, depois, logo na segunda-feira, chamou-nos lá um a um e esteve a conversar connosco. Não vou dizer o teor da conversa, porque não tem interesse, mas teve esse cuidado de explicar as razões pelas quais tomou aquela decisão.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — E o Sr. Coronel compreendeu?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Compreendi. Fazia parte da sua visão, do seu plano.

Portanto, ele explicou-nos, na segunda-feira seguinte — não sei se foi no dia 2 ou no dia 3 —, um a um, as razões pelas quais tinha tomado aquela decisão. Portanto, foi uma opção. Como militar que é, fez o seu plano, fez a sua análise e tomou aquela decisão.

Voltou a referir que não era nada contra nós, era apenas uma medida que achava adequada na altura. E nós, sim senhor, tudo bem. Quando as pessoas têm um plano e têm o cuidado de nos explicar o plano, não temos mais nada a acrescentar.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Sr. Coronel pelas respostas dadas e ao Sr. Deputado Diogo Leão pelas questões colocadas.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, quero também cumprimentar o Sr. Coronel Francisco José Ferreira Duarte e agradecer a sua presença nesta Comissão de Inquérito.

Logo quando se deu o furto, o desaparecimento do material de guerra, o Bloco de Esquerda reagiu e exigiu o apuramento de todas as responsabilidades até ao fim. Naturalmente, a situação foi prosseguindo e aqui estamos. É também apanágio do Bloco de Esquerda que todos os assuntos sejam devidamente esclarecidos para apurar as devidas responsabilidades políticas no âmbito da Comissão de Inquérito.

Sr. Coronel, embora já o tenha referido, gostaria que confirmasse o seguinte: na altura dos acontecimentos, do roubo do material de Tancos, era o Comando das Forças Terrestres que tinha essa incumbência, através da Brigada de Reação Rápida, escalonando os efetivos militares para a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos à volta de quatro unidades: o Regimento de Infantaria n.º 15, o Regimento de Paraquedistas, a Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida e o Regimento de Engenharia n.º 1. E o escalonamento de homens por cada uma dessas unidades militares seria de oito, portanto, um sargento, um cabo e seis outros militares. O Sr. Coronel confirma que era exatamente assim?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — É verdade. Era assim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, Sr. Coronel.

Quando se deu o assalto, houve alterações nos procedimentos de segurança aos Paióis Nacionais de Tancos? E, em caso afirmativo, que procedimentos foram esses?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Houve, efetivamente, uma diretiva que saiu imediatamente do Comando das Forças Terrestres. Essa diretiva está disponível. Não poderei explicitá-la aqui, mas foram efetivamente tomadas medidas, quer em termos de utilização das munições quer em termos de aumento de efetivos. Estou a referir de uma forma geral, porque naturalmente não poderei entrar em pormenores. Mas posso dizer que houve alteração de procedimentos, saiu uma diretiva do Comando das Forças Terrestres, que foi imediatamente posta em execução.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E como é que eram feitas as rondas aos Paióis Nacionais de Tancos? Eram rondas apeadas, montadas, eram grupos de dois, três, quatro, cinco ou os oito homens? E qual o tempo de intervalo e de duração das mesmas?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Por norma, as patrulhas executam-se de duas em duas horas. Podem alternar entre montadas ou apeadas, dependendo da disponibilidade do efetivo de que se dispõe — e, naquele caso, eram só seis militares. Isto é por norma.

Naturalmente que o Sr. Deputado não vai encontrar isto escrito em lado nenhum, porque faz parte de orientações que são dadas a quem vai executar a missão que, de acordo com as informações de que dispõe no momento, diz para as patrulhas serem mais ou menos frequentes.

Normalmente eram executadas com dois homens, repito, normalmente eram executadas com dois homens, além dos outros dois que estavam na porta de entrada.

Só para terminar, independentemente disto, e não sei se ia perguntar isso a seguir, garantidamente, pelo menos, uma de manhã e outra à tarde eram feitas. No mínimo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Obrigado, Sr. Coronel.

Em cada ronda, os paióis eram todos vistoriados? Havia relatórios no final de cada ronda e a quem eram dirigidos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, esse é um procedimento do comandante da missão. Portanto, o sargento que está lá é que define exatamente... Esse é um pormenor tão ao nível do executante que ele define exatamente o que pretende.

Mas a missão é clara, a missão era claríssima: tinha de garantir que não havia intrusão e que a vedação mantinha a sua integridade física que não permitisse essa intrusão e que mantinha a visibilidade para o exterior, etc.

Havia uma série de requisitos que tinham de ser cumpridos. Depois, a forma como o sargento a executava tinha alguma flexibilidade.

Vamos ver: o Sr. Deputado conhece os paióis, foi lá — sei que estiveram lá —, se o sargento passar na estrada e não vir particularmente por causa do mato de determinado paiol, pode ir lá para ver se a fechadura está fechada, se não há nada à volta do paiol. Se conseguir ver da estrada é uma patrulha perfeitamente normal.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sabe, o Sr. Coronel, se, quando se operou o furto aos Paióis Nacionais de Tancos — já referiu que as rondas

eram com um intervalo de duas horas —, efetivamente esse intervalo era exatamente de duas horas em relação à última ronda?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que não é normal, em termos militares, haver rondas a horas certas. Por uma questão de segurança, devem variar no tempo, não são todas às 17 ou 18 horas. Variam, podem ser às 17 horas e 15 minutos, podem ser às 17 horas e 30 minutos, podem ser às 17 horas e 45 minutos.

Acontecia nos paióis, era procedimento, tal como é procedimento no Regimento, porque também temos segurança lá e os militares também a fazem, que era estabelecido um mínimo de patrulhas. Quero que durante a manhã sejam executadas, pelo menos, duas ou três patrulhas e, no período da tarde, o mínimo de duas ou três patrulhas e, no período da noite, pelo menos, duas ou três patrulhas. Estas são indicações que especificamente eram dadas aos sargentos que iam executar a missão.

Era com base neste princípio... Aos sargentos que faziam esta missão nem era preciso dizer isto, porque, por princípio, pela formação deles, garantiam que isso acontecesse. Mas, por excesso, era sempre referido isso e garantidamente eram executadas dessa forma.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, confirma a afetação dos Paióis Nacionais de Tancos, de acordo com o documento que recebemos e que diz que um desses paióis era para armazenamento do material do Regimento de Paraquedistas, quatro para o Regimento de Engenharia n.º 1 e os restantes para a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército. Era assim efetivamente?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, como disse no início, não consigo confirmar, porque não tenho o registo não

dos donos mas dos responsáveis por cada paiol. Também tenho essa ideia, mas não consigo dizer claramente que era exatamente assim.

A ideia que tenho também é essa: era o Regimento de Engenharia, o Regimento de Paraquedistas e a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército que tinham lá os paióis.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Como se sabe, os Paióis Nacionais de Tancos têm uma área de 34 ha, um perímetro de 2700 m, torres de vigia, instalações administrativas e era feita a segurança, efetivamente, pelos tais oito militares pertencentes a cada unidade.

Também, quando os paióis foram construídos, e também já se falou disso, nos anos 1980, os procedimentos de segurança implicavam não os oito militares, mas os tais os 44 militares, um oficial, cinco sargentos, quatro cabos e 34 soldados, pelo menos, de acordo com documentação a que tivemos acesso.

Em 2007, o Comando das Forças Terrestres procedeu a uma reestruturação na ordem dos 75% para os tais oito militares. O que perguntava ao Sr. Coronel é se, quando assumiu o comando da unidade e a responsabilidade pela segurança aos Paióis Nacionais de Tancos, durante os períodos estipulados, tomou conhecimento dessa reestruturação que tinha havido em 2007.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, quando executamos a diretiva... Portanto, recebemos a missão do escalão superior para executar a segurança e fazemos, como já referi aqui, uma diretiva interna.

Essa diretiva interna faz referência a uma série de documentos. Com base nesses documentos tive conhecimento exatamente como o Sr. Deputado referiu dessa reestruturação e sei exatamente qual foi a data a partir da qual

passou a ser estipulado oito elementos, sendo um deles sargento, um cabo e seis soldados.

Portanto, a resposta é sim, porque tinha de incluir essas referências na diretiva que mandava executar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considerou essa reestruturação normal ou ficou preocupado com a mesma?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não fiquei preocupado, porque confio que as reestruturações não são feitas ao sabor da corrente. Foram alvo de uma análise, de um plano e chegou-se à conclusão de que seria esse o efetivo mínimo para garantir a segurança.

Não consigo elaborar mais, porque não estive nesse plano. Mas acredito e tenho quase a certeza de que não foi reduzir só por reduzir.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, Sr. Coronel, com que fundamento teria existido essa redução?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Perdão?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Com que fundamento é que essa redução se teria operado?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Qual foi o fundamento?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Exatamente. Consegue explicar?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Como lhe digo, não consigo saber porque não estive no planeamento, nem sei qual foi o racional ou a forma de estruturar essa nova organização.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Na sua opinião, enfim, esta redução de efetivos terá contribuído, potenciado, para o roubo do material militar, por exemplo, considerando que as forças seriam exíguas, ou não, se seriam suficientes ou não? Sr. Coronel, pode fornecer uma explanação sobre o assunto?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, gostaria, mas não consigo fazer um termo comparativo, porque os fatores que levaram a que acontecesse o que aconteceu estão a ser analisados, investigados e espero que sejam rapidamente. Isto porque os primeiros lesados somos nós.

Aliás, o estarmos permanentemente... Acredito que não haja ninguém que queira isto esclarecido o mais rapidamente possível do que a entidade cuja segurança está a ser colocada em causa e que é o Exército.

Pelo prestígio do Exército gostaria que se soubesse exatamente o que aconteceu e foram os fatores que influenciaram isto, mas não consigo fazer um termo comparativo e dizer se esse fator foi um dos que concorreu para que isso tivesse acontecido.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera ou não que o assalto aos Paíóis Nacionais de Tancos representa uma falha do Estado numa das suas funções centrais, nomeadamente a da defesa?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não vale a pena fugirmos às nossas responsabilidades. Se houve um assalto, se houve um

furto e se ele foi perpetrado, alguma coisa correu mal. Temos de assumir isso até ao fim.

Esta é a primeira abordagem, imediatamente. Agora, de quem é a responsabilidade? Aí, não tenho capacidade para dizer o que é que... Onde é que vamos...

Responsabilidade de quem está a fazer segurança é sempre, não é? Se estão sozinhos nessa responsabilidade, provavelmente não, mas não consigo saber... Isto é uma questão de perceção apenas, não tenho dados que me possam dizer claramente que há outro tipo de responsabilidades.

Como disse do antecedente, preparamos um plano para executar uma determinada missão com base nos dados de planeamento de que dispomos. Um desses dados de planeamento é a análise da ameaça e do nível de risco que queremos correr.

Com base nisso, quer dizer, como é que o nível de ameaça muda? Muda apenas por um acontecimento ou por uma sucessão de acontecimentos que acontecem de forma sistémica? A avaliação da ameaça e a sua análise é feita exatamente com base em indícios e esses indícios não podem ser um acontecimento.

Este acontecimento é mais grave, porque foi o único e foi muito grave. Mas não sei se está a perceber onde quero chegar, quer dizer, não conseguimos, através de um acontecimento, antever isto, porque, senão, teríamos de tomar medidas naturalmente, e este acontecimento não forma um padrão. Poderá formá-lo com outros acontecimentos, se o quisermos associar, mas não é por causa de um acontecimento que podemos dizer que tudo estava mal!

Objetivamente, não tenho dados para culpabilizar quem quer que seja.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, segundo o documento que chegou à Comissão de Inquérito, *Tancos 2017: Factos e documentos*, o

sistema de sensores aos Paíóis Nacionais de Tancos foi desligado logo no ano 2000, por se ter tornado ineficiente. Em 2006, o sistema de videovigilância foi considerado obsoleto. Em 2012, todo este sistema de videovigilância foi considerado inoperacional, irreparável, por não haver sobressalentes. Em 2013, foi mesmo classificado como obsoleto, datando desse ano a necessidade de um novo sistema.

O relatório ainda é mais preciso sobre algumas falhas, algumas lacunas, por exemplo: a nível das estruturas, de portas e fechaduras que não tinham os requisitos de segurança exigidos; a rede de segurança periférica encontrava-se degradada em muitos pontos e, até, existiam para-raios que não estavam operacionais. A casa da guarda não tinha comunicação de rede fixa, nem existiam meios de comunicação com os postos de sentinela e as bandas móveis, sendo a comunicação assegurada por telemóveis.

O Sr. Coronel confirma tudo isto quando esteve no comando da unidade neste período?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, isso era exatamente o que constava nos relatórios que reportávamos quando fazíamos o serviço lá, sim. É verdade.

Aliás, se tiver acesso a esses relatórios, verifica que grande parte daquilo que referiu é do conhecimento do escalão superior, porque constava dos relatórios de missão.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O facto de estes sistemas de videovigilância, que são fundamentais para uma infraestrutura de elevada sensibilidade militar, terem sido considerados inoperacionais, irreparáveis, sem funcionamento terá ou não contribuído para facilitar o roubo?

Já sei que o Sr. Coronel, mais ou menos, também já respondeu relativamente à questão que lhe coloquei anteriormente, mas terá facilitado a vida aos ladrões este facto?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, agradeço a pergunta, mas não sei o que é que terá facilitado, porque se começarmos a listar uma série de fatores humanos, materiais...

Estamos a falar de fatores materiais, mas falta-nos falar sobre os fatores humanos e não vou por aí, porque não está dentro do âmbito desta Comissão.

Há outros aspetos a considerar: saber quais são os militares que fazem esta segurança; quais são as condições... Portanto, há uma série de fatores que poderão, repito, poderão estar na base de um acontecimento grave destes.

Escuso-me de confirmar que são apenas esses fatores que o Sr. Deputado referiu. Podem ser mais. Não sei.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, ao constatar todas estas falhas, todas estas lacunas, toda aquela degradação e, eventualmente, também a falta de recursos humanos, o senhor tomou algumas medidas, fez sentir estas preocupações aos seus superiores hierárquicos? Qual foi a resposta que teve?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Desculpe, Sr. Deputado, vou acabar por me repetir, mas para responder à pergunta tenho de dizer que estávamos conscientes do que estava a suceder e tentávamos compensar, cada um ao seu nível, no sentido de passar essa informação para quem ia cumprir a missão para ter cuidados redobrados em alguns aspetos.

Em relação à informação do escalão superior, ela era feita e era referida, portanto era do conhecimento do escalão superior. Tínhamos

conhecimento de que as coisas estavam a ser feitas. Se calhar, não com a velocidade que seria desejável, mas não havia aquela coisa de «desde 2006 que a vedação está estragada e ninguém fez nada até agora». Não. Estava a ser construída. Não foi na forma, se calhar...

O roubo aconteceu em junho, se acontecesse noutra altura, se calhar, já havia melhores condições. Não sei.

O certo é que estavam a acontecer coisas, provavelmente, não com a velocidade desejável. Mas o escalão superior também não estava parado, tem é uma gestão muito mais complicada para fazer, com outras prioridades.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, como também já foi referido, no seguimento do furto de Tancos, foram exonerados cinco Comandantes, um dos quais o senhor, pelo Sr. ex-CEME, Chefe do Estado-Maior do Exército.

De acordo com o nosso conhecimento, o objetivo era o de criar todas as garantias de que as averiguações em curso decorreriam de forma absolutamente isenta e transparente, mas, no dia 17 de julho, foram renomeados os Srs. Comandantes.

Perguntava ao Sr. Coronel se, caso não tivessem existido estas exonerações, as averiguações não teriam decorrido de forma isenta e transparente, isto é, caso se tivessem mantido em efetividade de funções.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, é possível, não sei. É assim, esta é uma decisão de quem tem informações das quais não disponho e quem toma essa decisão fá-lo porque é sua função tomar esse tipo de decisões, que são difíceis, mas que têm de ser tomadas.

O procedimento aconteceu assim. Teve impacto de várias formas, não teve, deu origem a outras situações... E se não tivesse acontecido? Não o consigo confirmar, porque não aconteceu assim. Aconteceu o que aconteceu!

Se não tivessem acontecido as exonerações... Não sei, vou-me escusar a responder, porque essa é uma pergunta que terá de fazer a quem tomou essa decisão.

Acredito que a decisão foi tomada — não acredito, tenho a certeza, porque depois tivemos uma conversa — em consciência e com determinado objetivo. Agora, se o objetivo foi conseguido ou não... Não sei, quem tomou essa decisão é que tem de dizer se o objetivo foi conseguido.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, ainda relativamente às exonerações, considera que o período de 15 ou 16 dias teria sido suficiente para fazer essas tais averiguações?

Por outro lado, sentiu ou teve conhecimento de algum mal-estar ou descontentamento no seio do Exército e das Forças Armadas, perante estas exonerações?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, eu sou militar no ativo, em desempenho de funções, tenho as minhas opiniões pessoais e tenho uma obrigação perante o Exército, o Estado português e os portugueses.

A principal obrigação que tenho é a de ser o mais isento possível. É isso que as pessoas esperam de mim e é assim que tento conduzir a minha postura e a minha vida.

Claro que, estando nós numa democracia, as pessoas têm opinião e devem manifestá-la, dar o seu parecer, dizer o que acham e o que não acham. Eu não consigo é pegar nessas opiniões e transformar isso numa causa ou numa sensação de mal-estar. Não! Há opiniões e as pessoas dão a sua opinião. Uns concordam, outros não concordam...

O mal-estar não tem a ver com as exonerações, é aquele mal-estar que sentimos por termos sido feridos na nossa missão. Quer dizer, o facto de ter

havido um furto na nossa casa... Nós próprios, cidadãos, quando somos assaltados, sentimo-nos defraudados, sentimo-nos humilhados. Portanto, o mal-estar é por isso, não é pela exoneração.

Um militar, quando assume as suas funções, sabe para o que vai, sabe que está disponível para cumprir a missão, até ao fim. Temos de estar disponíveis para sermos nomeados, se assim entenderem, para uma determinada missão, para uma determinada função, e também para sermos «desnomeados» quando é necessário.

Portanto, o mal-estar não passa tanto pela decisão da exoneração, passa, sim, por aquela sensação de termos falhado, porque, se entraram na nossa casa, nós falhámos, aquilo não devia ter acontecido. O mal-estar passa mais por aí, não pela exoneração. A exoneração faz parte da entrada e da saída... As pessoas, quando deixam as funções, são exoneradas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, parece que cheguei ao final da primeira ronda, mas agradeço as suas explicações.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Coronel Francisco José Ferreira Duarte.

Queria começar por lhe fazer algumas perguntas que têm a ver com o seu relatório da posse de comando. Em primeiro lugar, gostaria de lhe perguntar o que é que lhe foi transmitido pelo seu antecessor, quando assumiu funções, em relação aos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Antes de mais, agradeço a sua pergunta, Sr. Deputado.

O que me foi transmitido foi a realidade dos factos: a missão de que estávamos incumbidos pela Brigada de Reação Rápida, as condições em que a missão era dada, os homens que tínhamos de nomear, os cuidados a ter, o resultado dos relatórios que tinham vindo a ser feitos desde o início, desde a gerência do nosso Coronel Esperança.

Portanto, passou-me exatamente aquilo que está escrito e que é conhecido por todos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, é que, relativamente às instalações físicas dos Paióis Nacionais de Tancos, o relatório da posse de comando tem muito pouca informação, o que dá a ideia de que não era uma preocupação que lhe tivesse sido transmitida.

Não considerou que fosse uma responsabilidade do Regimento de Infantaria dizer quais eram as condições de segurança física em que estavam os Paióis Nacionais de Tancos, no que diz respeito ao seu relatório de posse?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, o Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15 tem três prédios militares à sua responsabilidade: o Quartel de São Francisco, que é o prédio militar n.º 1, o Quartel do Alvito, onde estamos atualmente, e a Carreira de Tiro de Carregueiros.

Os Paióis Nacionais de Tancos não fazem parte da responsabilidade do Regimento de Infantaria n.º 15, portanto, não tinha de vir lá esse aspeto. Aquilo é um prédio militar que está sob a responsabilidade da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército. Nós apenas fornecemos a segurança daquelas instalações.

Não sei se respondi...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas o Sr. Coronel sabia que, ao contrário do que acontecia, por exemplo, com o Regimento de Infantaria n.º 15, que tinha videovigilância nos seus prédios, nos Paióis Nacionais de Tancos, essa videovigilância já não existia?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sim, é um facto.

Sr. Deputado, como disse há pouco, o ponto de situação das instalações onde tínhamos a responsabilidade de fazer a missão de segurança foi descrito, e muito bem, pelo antigo Comandante e não era mais do que estava...

Aliás, um Comandante, quando toma posse, tem um *briefing*, feito pelos oficiais do Estado-Maior da unidade, onde lhe são apresentadas todas as situações. Portanto, quando cheguei, tive uma manhã de *briefings*, a escarpelizar todas as situações. Essa era uma delas, mas são todas ditas, é assim: temos problemas de pessoal aqui, temos dificuldades ali, temos de nos concentrar nas instalações, continuamos a ter de fazer as missões nos Paióis Nacionais de Tancos, que se encontram nesta situação...

Portanto, um Comandante, quando assume funções, recebe um *update*, um *briefing*, sobre todas as situações que estão a decorrer e isso fazia parte desse *briefing*.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É que, no relatório da posse de comando, o Sr. Coronel identifica a escassez de pessoal como uma das dificuldades que punham em causa o exercício da missão, não é assim?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — É um facto, mas isso é transversal a todo o Exército e, se calhar, até a todas as Forças Armadas.

Claro que, com a escassez que há — que é cada vez maior, pelo facto de haver poucos voluntários, o que, basicamente, é uma das nossas preocupações —, temos de fazer uma gestão. A gestão não passa por deixar de cumprir as missões, só que uma missão que demora uma semana, se calhar, tem de ser feita em duas semanas, porque temos menos pessoas.

Portanto, tem de haver uma gestão das pessoas, mas é nossa obrigação, em todos os aspetos, alertar para o ponto de situação e as nossas preocupações.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, o Sr. Coronel fez esse alerta?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sim.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Passo a uma outra questão.

Havia uma sequência de unidades que prestavam serviço de segurança nos Paióis Nacionais de Tancos, sendo que, antes do Regimento de Infantaria n.º 15, quem o fazia era o Regimento de Engenharia n.º 1. Foi-lhe transmitida alguma informação pelo Regimento de Engenharia n.º 1? E foi transmitida alguma informação ou houve algum *briefing* entre o Regimento de Infantaria n.º 15 e o Regimento de Paraquedistas, que foi o seguinte?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não houve e não tem de haver.

A entidade responsável pela segurança e pela coordenação da segurança é a Brigada de Reação Rápida. O Regimento de Engenharia tem de informar e manter informados o Oficial de Informações e a entidade

responsável, dentro da Brigada de Reação Rápida, sobre o estado de situação da missão que está prestes a terminar, fazendo um *update*.

Depois, nós vamos beber exatamente a esse local, ou seja, é a Brigada, que nos dá a missão, que tem de fazer um *briefing* sobre o ponto de situação, a todos os níveis.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Já agora, pedia-lhe um esclarecimento.

O Sr. Coronel disse-nos que não tinha ido aos Paióis Nacionais de Tancos, mas o seu antecessor disse-nos que ia lá uma vez por mês. Por que razão houve esta mudança entre um comando e outro?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Os estilos de comando competem...

Temos duas situações: temos de cumprir o que está estipulado, temos de fazer o que somos incumbidos de fazer; já a forma como o fazemos compete a cada um e, desde que cumpramos a missão e não fuçamos ao que está prescrito, os estilos de comando são diferentes.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Então, havendo uma diferença de estilos de comando, quais eram os procedimentos de supervisão que o Sr. Coronel exercia em relação aos militares do seu Regimento que exerciam funções de segurança nos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Quais eram...?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quais eram os procedimentos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Já os referi, mas vou repetir, Sr. Deputado.

Antes de saírem para a missão, eles eram «briefados» sobre todas as informações que eram recolhidas pela unidade da Brigada de Reação Rápida. Portanto, fazia-se o *briefing*, que, depois, era complementado com a intenção do Comandante, ou seja, os cuidados extra a ter, as principais preocupações, os modos de atuação, claro, além dos que estão estipulados por NEP, norma de execução permanente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, a NEP previa que o oficial de dia tivesse de fazer uma ronda de dia e uma ronda de noite aos Paióis Nacionais de Tancos. Sabia se o oficial de dia do Regimento de Infantaria n.º 15, em Tomar, ia aos Paióis Nacionais de Tancos fazer essa ronda?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Há aí uma... É assim, era o oficial de dia da Brigada, não do Regimento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Era da Brigada?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Era da Brigada, não do Regimento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Diga-me o seguinte: havia treinos específicos ou simulacros relativamente à segurança física dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Era *on-the-job training*, ou seja, os militares tinham conhecimento e, normalmente, o

sargento que ia lá... Uma das pessoas já conhecia e já... Quer dizer, os treinos eram feitos no local e, para acontecer essa...

Quando era a primeira vez, por assim dizer, o Oficial de Operações, ou o Comandante de Batalhão, ou o Comandante de Companhia, ia com eles lá para explicar os procedimentos que tinham de fazer.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Diga-me uma coisa: alguma vez lhe foi transmitido que havia mato com cerca de 1,5 m de altura no interior do perímetro dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Está no último relatório de missão, ou seja, quando entregámos o último relatório, em março/abril...

Portanto, no relatório de abril da missão, antes dos tristes acontecimentos, vinha referido, exatamente, que deveria ser tida em atenção a desmatagem do perímetro, porque estava...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — No relatório de março/abril?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sim, sim, o último relatório foi o de março/abril, que foi quando fizemos a missão lá pela última vez.

Está lá escrito, no relatório, exatamente, que deverá ser desmatada aquela zona, porque, além do perigo da época dos incêndios, que se aproximava, o mato também tirava a visibilidade. Isso está lá, no relatório.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E que sequência foi dada a essa preocupação?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Limitámo-nos a informar a entidade que é responsável pelas instalações. É esse o nosso contributo, não temos de controlar se o executaram ou não.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, teve alguma vez notícia de que houvesse gado ou animais de médio porte no interior do perímetro dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Doutor, não tenho conhecimento dessa informação.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não sucedeu enquanto o Regimento de Infantaria n.º 15...

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não estou a dizer que não sucedeu...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — ... esteve a exercer essa função, é isso?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não estou a dizer que não sucedeu, estou a dizer é que não tive conhecimento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E em relação às rondas? O Sr. Coronel exercia, no âmbito dos seus poderes de comando, algum tipo de controlo para saber com que periodicidade é que as rondas tinham sido executadas?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, eram dadas indicações iniciais sobre como fazer as rondas e sobre com que periodicidade deviam ser feitas. Aliás, é como também já referi: com aquele tipo de profissionais, quase não seria necessário, mas pronto. Por excesso, era sempre afirmado isso.

A confirmação, ou a supervisão, era feita *ad hoc*, ou seja, eles sabiam que, a qualquer altura, poderia aparecer lá o oficial de operações ou, eventualmente, o comandante de companhia ou o comandante do batalhão ao qual pertenciam para visitá-los e para saber como estava a proceder o serviço. Portanto, não havia uma regra estipulada para que isso acontecesse.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O relatório da UAGME diz que a falta de unidade do comando diluiu desde 2007, ao longo de 10 anos, as responsabilidades das várias forças empenhadas na segurança física dos Paióis Nacionais de Tancos.

Está de acordo com esta afirmação?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Em termos militares, é muito difícil acontecer a falta de unidade de comando.

A distribuição de responsabilidades é que requer uma maior coordenação. O que é que quero dizer com isto? Considerando que as instalações pertencem a uma unidade e a segurança é feita por outra grande unidade, que é a Brigada de Reação Rápida, tem de haver uma coordenação permanente para que o plano seja executado e as informações partilhadas. Isso tem de acontecer, mas a ideia de falta de unidade do comando é uma coisa que não partilho.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É que esta matéria tem alguma sensibilidade, prendendo-se com o conjunto de circunstâncias que

podem ter potenciado aquilo que aconteceu em Tancos, e é importante ouvir a opinião dos senhores oficiais.

É que, em 2006-2007, ao mesmo tempo que o sistema de videovigilância era considerado obsoleto, foi decidido mudar o modelo, reduzir os tais 44 homens para os oito e, simultaneamente, diluir essa mesma responsabilidade por diferentes unidades.

E este relatório não é nosso. Aquilo que aqui está escrito é que uma das questões que correu mal foi exatamente a diluição desta mesma responsabilidade. Esta é uma avaliação feita no âmbito do Exército e não por nós.

Gostaríamos, por isso mesmo, que nos esclarecesse sobre aquilo que já foi perguntado, que é o seguinte: dentro destes três fatores, qual considera que terá contribuído para aquilo que sucedeu em Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Tanto quanto sei, e essa foi uma decisão tomada ainda...

Sei das leituras, não estava nessas funções nessa altura.

Pelo que me apercebi pela leitura, houve uma incapacidade da UAGME de garantir a segurança e foi pedido às unidades daquela zona para fazerem essa mesma segurança. Foi como disse inicialmente: o ideal é sempre a unidade responsável pela instalação ter essa capacidade. Não foi possível, não sei por que razões. É que foi uma coisa que aconteceu em 2006, portanto, teve de...

Inicialmente, essa responsabilidade até foi distribuída pelas duas brigadas: pela Brigada Mecanizada e pela Brigada de Reação Rápida. Isso também está nos documentos. Mas foi entendido, exatamente a favor dessa unidade de comando, que a Brigada Mecanizada não fosse metida nesse processo, porque tinha os seus próprios paióis, e que a responsabilidade fosse só entregue à Brigada de Reação Rápida.

É preciso ter dados concretos que provem que esse foi um fator que contribuiu para isso. Eu não os tenho. Esse estudo foi feito com base em premissas que também não conheço. Possivelmente está certo, não posso é corroborar, porque não sei o que está na base.

Agora, que a unidade de comando foi procurada, como se viu na questão de inicialmente estarem colocadas as duas brigadas e, depois, ter ficado apenas uma brigada responsável, exatamente para favorecer a unidade de comando, isso foi um facto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, isto não era um estudo, era o processo de averiguações.

É evidente que temos informação já disponível e que, às vezes, nos gera alguma perplexidade, como, por exemplo, o facto de nos ter dito que teria havido três cabras a passear dentro do perímetro. Isso causa-nos alguma perplexidade!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sapadoras!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ainda antes das cabras sapadoras!

Sr. General, queria passar a uma outra questão, que é delicada. O Sr. General foi exonerado em consequência do despacho do Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército, em 1 de julho de 2017.

Sentiu-se injustiçado, nessa altura?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, obrigado pela pergunta.

Ainda não sou general, mas não faz mal. Obrigado pela deferência, de qualquer das maneiras.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Desculpe! Sr. Coronel.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não é uma questão de injustiça. Temos de estar preparados para o previsto e para o imprevisto. Outra coisa que também disse no início é que temos de confiar em quem toma as decisões, porque quem as toma pondera, avalia, analisa e toma as decisões conscientemente. É nisso que acreditamos, tem de ser assim e é assim que funciona. Se assim não for, também o dizemos abertamente. Nada nos impede de o fazer.

Não me senti injustiçado. Senti que, fazendo parte de um sistema, aquela era a medida adequada para o momento. Se foi ou se não foi, compete a quem decidiu dizer se teve os efeitos desejados ou não. Faz parte.

Também poderia dizer que os militares do meu curso que são mais valorosos do que eu e que não foram nomeados para comandar aquele regimento, poderiam ter-se sentido igualmente injustiçados.

Não, não é por aí, não é assim. Temos de estar preparados para assumir funções quando para tal somos nomeados e para sermos exonerados quando for essa a decisão.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, qual foi o teor do plano que lhe foi transmitido pelo Sr. General Chefe, na conversa que teve com ele?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, a conversa foi privada, à porta fechada, dentro do gabinete. Penso, se me permite, que tem mesmo de lhe perguntar a ele, porque não estou autorizado a dizer.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de fazer um ponto de ordem à Mesa.

Pedia que instrísse o Sr. Coronel sobre as regras de resposta no que diz respeito à Comissão de Inquérito e lhe explicasse que tem o dever de responder às perguntas que lhe são feitas em relação à matéria sobre a qual tem conhecimento pessoal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Coronel, a instâncias do Sr. Deputado inquiridor, as comissões parlamentares de inquérito caracterizam-se, obviamente, por terem poderes de investigação das autoridades judiciais.

Compreendo pessoalmente a sua questão mas, objetivamente, está a ser interrogado sobre um facto e não sobre uma opinião, o que o poderia eximir de responder. Uma vez que está a ser colocado perante um facto, compete ao inquiridor avaliar a pertinência da insistência, como acaba de o fazer, portanto, devo exortá-lo a responder à questão.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sim, senhor, sem problema nenhum.

Basicamente, quando entrámos no gabinete, pedi desculpa pelo impacto que aquela decisão tinha tido nas famílias, como efetivamente teve.

Em segundo lugar, disse que aquela decisão foi dele, que fazia parte de uma estratégia de comunicação externa que procurava prestigiar a organização. Portanto, para dar clareza e transparência, entendeu que aquela medida foi a mais adequada, por muito inconveniente e apesar do impacto que isso nos trouxesse quer em termos psicológicos, quer em termos familiares.

Basicamente foi isto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, compreendo perfeitamente o impacto que teve na vida dos oficiais que sofreram com esta mesma decisão.

A minha pergunta seguinte é se lhe foi logo transmitido nessa altura que seria apenas por 15 dias ou não.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não. O que me foi transmitido na altura foi que, enquanto decorressem os três inquéritos que ele mandou abrir, permaneceríamos afastados da função. Assim que houvesse resultados sobre os inquéritos, se assim fosse entendido, poderíamos eventualmente regressar às funções.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. Coronel, o inquérito não estava concluído ao fim desses 15 dias e regressaram a essas mesmas funções.

Disse-nos há pouco que haveria um plano. Em que é que consistiria, então, esse plano que lhe foi transmitido pelo Sr. General? Era aquele de que nos acabou de informar agora?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Exatamente. Era aquele que fazia parte de uma estratégia de comunicação definida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército na altura, que tinha como objetivo, exatamente, mostrar isenção e clareza na postura do Exército, de forma a não desprestigiar o Exército.

Os inquéritos a que me estou a referir foram os que ele mandou abrir, ou seja, os três inquéritos anunciados naquele comunicado de imprensa que o Chefe do Estado-Maior do Exército fez e entregou à comunicação social, para os quais nomeou generais como oficiais averiguantes. Tinha a ver com as câmaras, as instalações, etc.

Ele estava a referir-se a esse inquérito, um inquérito interno. Não sei se estamos a falar do mesmo inquérito.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, pedia que me esclarecesse, porque obviamente a conversa foi consigo e não comigo.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não, não! Mas isso é público! Quer dizer, tenho aqui o comunicado de imprensa, que diz exatamente quais eram os inquéritos: «Serão instaurados processos de averiguações na área técnica (cargas e condições de armazenagem), na área de segurança física (intrusão) e na área do Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica.

Estes são os três inquéritos que me foram referidos, que tinham mandado instaurar. Quando ele entendesse que tinha uma apreciação sobre estas três áreas que não afetasse nada, teria condições para decidir de forma contrária.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, na Comissão de Defesa, o que o Sr. General Chefe nos disse é que tinha a ver com a matéria de apuramento de responsabilidades disciplinares no âmbito daquilo que teria sucedido e não com esses três inquéritos.

Por isso é que estava a fazer...

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Pois, Sr. Deputado. Peço desculpa mas estou a dizer exatamente como as coisas me foram apresentadas nessa conversa privada, que queria manter privada até me ser dito que não poderia ser privada.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sabe que, nessa altura, ou na sequência dessa mesma decisão, demitiram-se dois tenentes-generais, tanto quanto conseguimos perceber, por discordarem dessa mesma gestão que estava a ser feita pelo Sr. General Chefe.

O que é que considera que teria sido a atitude correta, na altura em que tal decisão foi tomada? Qual deveria ter sido, na sua opinião, a decisão que deveria ter sido tomada?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Mas, Sr. Deputado, a decisão a que nível? Que tipo de decisão? Ao meu nível? A nível superior?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A nível superior.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Como deve compreender, há matérias às quais não tenho de ter acesso e não tenho acesso. Os dois generais que apresentaram a sua demissão fazem parte da estrutura superior do Exército, que compreende cinco pessoas, e não temos acesso às conversas e às decisões que são tidas lá. Não sei o que é que foi discutido, o que é que foi decidido, o que é que levou à tomada dessa posição. Portanto, não posso pronunciar-me sobre aquilo que não sei. Não faço a mais pequena ideia.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Evidentemente, esta é uma matéria que tem alguma delicadeza, que tem a ver com a instituição militar, porque, face àquela que foi a solução apontada, pelos vistos, a posição não seria única. Ou seja, haveria diferentes posições relativamente à forma como se deveria lidar com o problema no âmbito da hierarquia, tanto mais que uma das questões que tem vindo a ser aqui colocada por várias

vezes diz respeito àquele que já foi o apuramento de responsabilidades. Até este momento, no âmbito da instituição militar, ficou-se por subalternos, o que tem, obviamente, motivado muitas interrogações.

À exceção dos dois tenentes-gerais que se demitiram, em termos disciplinares, a questão que gostaríamos que fosse esclarecida é esta: acha normal que esses processos disciplinares tenham recaído apenas sobre as pessoas em que incidiram?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Desde que estou na instituição militar, desde que me conheço, que o apuramento de responsabilidades é feito através de uma abertura de um processo disciplinar ou de um processo de averiguações.

Os processos de averiguações que foram mandados abrir devem ter servido exatamente para isso. O que foi apurado foi o que foi executado. Não estou minimamente por dentro dos processos de averiguações que foram abertos ou das punições que foram dadas. Essa parte não me foi dada a conhecer, não sei.

Sinceramente não conheço, portanto, não posso estar a opinar sobre o que não conheço. Aquilo que sei é que, havendo indícios de não cumprimento de uma ordem, ou uma queixa, ou seja o que for, fazem-se os procedimentos normais: aberto um processo de averiguação, se aquele processo de averiguação dá indicações de que há ali matéria disciplinar que deverá ser averiguada, é aberto um processo disciplinar e são apuradas as responsabilidades. É a única coisa que consigo dizer. Mais do que isso, não consigo dizer.

Sr. Deputado, lamento. Não sei se respondi, mas é o que eu sei.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ainda temos mais uma volta... Ou duas!

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Coronel Francisco Duarte e agradeço, desde já, as respostas que, até agora, já nos permitem fazer um enquadramento.

Tentarei fazer perguntas, tendo em conta todos os antecedentes e tudo aquilo que disse relativamente à situação que nos traz a esta reunião.

Partimos do pressuposto de um cenário, de umas instalações, como disse, de grande sensibilidade, cuja segurança era assegurada por oito militares, cujas condições físicas eram bastante degradadas, e instalações militares que não tinham qualquer tipo de vigilância eletrónica, pelo menos desde 2012.

O Sr. Coronel disse, em diferentes intervenções de resposta a Srs. Deputados, que reportou e que fazia a informação destas insuficiências, que fazia o reporte por escrito.

Pergunto-lhe se confirma isso. E, sendo verdade, pergunto se, efetivamente, estas insuficiências do ponto de vista da segurança, foram reportadas por escrito aos seus superiores hierárquicos.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, é verdade, sim. Nós tínhamos de fazer — aliás, está estipulado que temos de o fazer — o relatório e informar das ocorrências e das situações.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Bem, no fundo é o seu contributo para alertar para uma situação que está identificada e é o seu papel, enquanto Comandante, identificado um problema reportá-lo superiormente. A quem, especificamente, é que reportou esse mesmo problema?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Esse procedimento está instaurado já desde há algum tempo.

Já o apanhei instaurado dessa forma, temos de enviar, no máximo até um mês a seguir — no máximo é até um mês, mas, normalmente é na semana seguinte ao término da missão —, para a Brigada, com protocolo. Obrigatoriamente tinha de ir a despacho ao Comandante da Brigada, que tinha, naturalmente, conhecimento da situação.

Tanto assim é que nós temos, pelo menos, três informações — uma de 2011, uma de 2012, uma de 2016 — exatamente a fazer o resumo de todos estes reportes ao escalão superior, ao comando das forças terrestres.

Portanto, este é um assumir do conhecimento das situações. Isto porque a competência de reparação... Portanto há o Orçamento do Estado, a Defesa recebe a sua parte, esta é dívida e chega às unidades.

As unidades têm um orçamento e aquele orçamento não prevê a recuperação dos paióis, que não é uma infraestrutura nossa. Prevê a recuperação, dentro do possível e do que é disponível, das infraestruturas do Regimento.

Como nós não temos verba para alocar àquela deficiência, o que nos compete é alertar a pessoa que é responsável por aquela deficiência para, pelo menos, saber e poder fazer alguma coisa, de acordo com as suas prioridades.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Portanto, esta Comissão pode presumir que o Comandante da Brigada de Reação Rápida foi devidamente informado das insuficiências que aquele paiol tinha, do ponto de vista da segurança.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Através dos relatórios. É correto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E a ele competia tomar as respetivas medidas para mitigar os problemas de segurança identificados.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Ou, se não for da competência dele, se, por exemplo, for... Não sei, estou a dar um exemplo, mas prefiro não dar porque posso estar a induzir num erro qualquer.

Das coisas que não são da sua responsabilidade ele tem de avisar o dono daquela instalação e dizer: «Atenção que tens o teu telhado partido, portanto, arranja lá verbas para compores aqui o telhado.»

O esquema funciona desta forma, a nossa obrigação é informar.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Bem, esse raciocínio é, para nós, muito importante, porque nos permite começar a estabelecer uma cadeia de responsabilidades que, naturalmente, terá de ser, nas futuras audições, perseguida, para percebermos onde é que falhou.

É que, efetivamente, o problema foi identificado, mas não foram tomadas as medidas a tempo, senão não teríamos tido a situação que, de facto, tivemos.

Em bom rigor, o crime também foi um crime de oportunidade, tendo em conta as condições de fragilidade de segurança. Esse é um facto inultrapassável e, nessa medida, terá de acarretar consequências para...

Tendo em conta toda a sua experiência e conhecimento — de que se o superior hierárquico, a determinada altura, não tiver resposta de quem de direito, e seguindo as instâncias todas, chegando até ao patamar da responsabilidade política, se não tiver tido as condições para —, tendo em conta a situação em que aquelas instalações estavam, não teria sido prudente

tomar uma decisão de encerrar, ou pelo menos alertar, ou ainda, no fundo, bater com o punho na mesa e dizer: «estas instalações não podem funcionar nestas condições»?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, acontecer alguma coisa, aconteceu. Estavam a fazer um muro lá, estavam a fazer alguma coisa. Talvez não o suficiente, ou não na velocidade que se pretendia, mas não estava completamente parado.

O que os outros poderiam fazer, não posso ser eu a dizer. Posso dar-lhe a minha opinião, mas é só isso e vale o que vale, é só a minha opinião. Eu não estou em posse de tudo, de todas as responsabilidades que essa entidade tem. Posso falar do Regimento, porque é nessa condição que estou aqui.

Naturalmente tive de tomar decisões, assumindo alguns riscos. O importante não é não assumir os riscos, o importante é saber quais são os riscos que estamos a assumir. É que quando a manta é curta e não chega para tudo, temos de priorizar, temos de avaliar e, se calhar, às vezes, correr alguns riscos. Mas, lá está, estou a falar-lhe em termos genéricos e em termos da — desculpe a expressão — minha «quinta», a minha responsabilidade, e é assim que tem de ser feito.

Gostaria muito, por exemplo, de ter um pelotão inteiro, ou dois pelotões, a fazer segurança ao Regimento, mas se calhar não consigo, porque tenho os incêndios para apagar, portanto, tenho de assumir riscos: «então e se durante isto acontece aquilo?»

Portanto, assumir riscos é uma característica de quem planeia e de quem prevê. O problema não é não assumir riscos, o problema é não ter conhecimento desses riscos ou não se aperceber da extensão desses riscos.

Não sei o que é que poderia ser feito ou deixar de ser feito...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas, já agora...

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Portanto...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Relativamente a esse raciocínio, que é importante, quando assume um risco, reporta superiormente o risco incorrido, face à escassez de meios?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Naturalmente, ...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Ok!

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Isso é transcrito no relatório de posse de comando, nas coisas que me preocupam, isto é: «continuo preocupado com isto, com isto e com isto, porque estou a assumir riscos aqui». Se há uma infeção, porque as instalações não estão convenientemente de acordo, até elas estarem no nível em que eu desejaria que estivessem, estou a arriscar que possa ali haver uma constipação, porque as janelas não vedam bem. Mas dou conhecimento.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas o importante é também o reporte do risco para a instância superior.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — É a nossa salvaguarda e podemos ser punidos se não dissermos, com oportunidade e honestidade, o que está mal.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É... Assim cá estaremos para verificar se nos escalões superiores houve sempre esse reporte, relativamente a essa matéria.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Só posso falar por mim, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Isso já o ultrapassa, como é óbvio.

Falou da questão da falta de pessoal e das condições que tinha para operar. Falou do combate aos incêndios e de todas as missões que são atribuídas às Forças Armadas, numa nota que não tem, propriamente, que ver com esta Comissão, mas que tem que ver com esta comissão na medida em que o Grupo Parlamentar do PCP tem vindo a alertar para a sobreposição de tarefas que são atribuídas aos ramos das Forças Armadas, com a estrutura superior dos ramos a assumir, muitas vezes, responsabilidades para as quais não tem recursos humanos suficientes para as desempenhar.

O caso dos incêndios é um desses casos, em que se bate com a mão no peito e se assumem responsabilidades, mas depois não há recursos humanos e, por aí abaixo, sucedem as quedas e as fragilidades, do ponto de vista das missões primárias dos ramos das Forças Armadas. Mas isto é uma questão para política de gestão de recursos humanos e que responsabiliza, essencialmente, os seus superiores e não o Sr. Coronel.

O Sr. Coronel disse, a determinada altura, logo no início da sua audição, que ninguém gosta de falhar. Estamos de acordo, percebemos a lógica do raciocínio. Disse, também, que temos de assumir as responsabilidades. É sobre este aspeto que também gostaria de colocar algumas questões.

A assunção de responsabilidades é algo fundamental para que a estrutura responda e saia de «cara limpa» de todo um processo, nomeadamente deste processo.

Nós não conseguimos perceber que, face ao que aconteceu, e à gravidade daquilo que aconteceu, numa estrutura sensível, as responsabilidades disciplinares se tenham ficado por um cabo e por um soldado. É, na nossa opinião, inqualificável que o processo tenha morrido num patamar de subalternos, relativamente a responsabilidades que não são do cabo nem do soldado.

Portanto, a pergunta que lhe queria colocar é a seguinte: acha mesmo que a responsabilidade do que aconteceu pode morrer num soldado, e num cabo, que pelos vistos, só é punido em processo disciplinar, não pelos acontecimentos, mas por algo que disse em sede de processo disciplinar, que não corresponde à verdade? Acha isto razoável? Acha possível que isto possa acontecer?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, estou convencido que esse cabo e esse soldado foram do Regimento de Engenharia 1, não tenho a certeza.

Não faço ideia. Dentro da minha unidade, não abri nenhum processo de averiguação, porque não tinha de o abrir, porque senão... Abri muitos, mas não dentro deste contexto.

Não posso dizer que *A* ou *B* deveria ter aberto, porque não sei... Dentro desta lógica da cadeia de responsabilidades, se há um superior que tem uma determinada responsabilidade... Se tivesse lá os meus militares, ter-se-ia verificado — com certeza como foi feito — um processo de averiguação para saber o que é que aconteceu.

À partida eles têm de dizer a verdade e o procedimento é o normal numa averiguação. Se há indícios de falta de cumprimento do que está estipulado, passa para processo disciplinar. É assim que funciona.

E funciona a todos os níveis. Funciona a todos os níveis.

Se foi aberto àquele nível e não o foi aos níveis superiores, não sei porquê. Não posso comentar, porque não faço ideia. Honestamente não faço ideia porquê. É porque se calhar não se justificava.

Aliás, foram abertos processos de averiguações, aqueles que referi há pouco. Desses três processos de averiguação que foram abertos, não decorreu nenhum processo disciplinar, porque, provavelmente, não se justificou.

Mas, lá está, não tenho conhecimento.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas compreenda a nossa estupefação.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Eu percebo. Eu percebo, mas os processos de averiguação foram abertos.

Foram abertos para averiguar os acontecimentos e para ver se havia incúria, desleixo, não-execução de alguma entidade dentro da cadeia de comando.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, percebo isso e percebo a sua limitação na resposta, o que respeito, tal como respeito a sua resposta.

Havendo reporte de insuficiência, de estado de degradação de instalações, uma coisa é o apuramento da responsabilidade da ronda — ter sido feita em condições, ou não ter sido feita. E com certeza foi feita essa averiguação.

Mas não são só aqueles militares que respondem apenas pelo cumprimento da missão. Houve reporte para superiores hierárquicos e, em cadeia, acredito que tenha chegado aos responsáveis máximos.

Estranhamos muito que, do ponto de vista da alta estrutura do Exército, não tenha havido a assunção de responsabilidades, pelo facto de não terem sido tomadas as medidas adequadas para salvaguardar os mínimos de condições de segurança que, objetivamente, uma instalação com aquela sensibilidade não tinha. Aquela instalação não tinha as medidas de segurança mínimas para funcionar.

Portanto, nesta cadeia de comando, os militares respondem também, no topo da hierarquia, pelo cumprimento da missão, que tem uma multiplicidade de vertentes, nomeadamente, a de comando e a de saber se, a determinada altura, aquelas instalações não respondem ou não estão em condições, quem de direito deveria ter tomado medidas, do ponto de vista de salvaguarda da segurança daquele material. Sim ou não? Na nossa opinião, sim.

Portanto, pedia-lhe um comentário. Temos a possibilidade, se o Sr. Coronel quiser, se houver alguma questão que queira responder à porta fechada, podemos reunir à porta fechada, sob deliberação da Mesa. Aliás, se sentir que há alguma pergunta dos Srs. Deputados que poderá ter algum complemento de informação que necessite de discussão à porta fechada, pedia-lhe, por favor, que informasse a Comissão para o dizer, porque cá estaremos para deliberar para obter a informação. Percebemos, naturalmente que as pessoas se condicionam em função da transmissão daquilo que lhe é dito.

Portanto, se for à porta fechada, teremos obrigações de sigilo e estará também mais salvaguardado para dizer o que quiser. Queria colocá-lo à vontade para essa questão.

O Sr. Coronel disse que a determinada altura foi exonerado e que o processo dessa exoneração teve muito a ver com a imagem do Exército e o apuramento de responsabilidades e não tanto com os factos propriamente ditos. Tendo em conta tudo o que lhe disse relativamente à transmissão de responsabilidades e tendo em conta a sua experiência, como é que avalia o facto de, passado este tempo todo, a única punição que foi atribuída a um militar ter sido a um soldado e a um cabo do Exército, quando aconteceu uma barraca deste tamanho.

E, já, agora, pergunto-lhe também se, da sua experiência de comando, em situações anteriores menos graves que aconteceram, houve punições, ou não, dos militares. Isto é, exonerar e aplicar punições é, ou não, uma prática que existe no Exército, quando as coisas correm menos bem e têm de ser apuradas essas responsabilidades.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Deputado, para já, não tenho necessidade de falar à porta fechada. Posso referir aqui tudo abertamente, exceto naquela situação porque tinha sido uma conversa privada e não sabia até que ponto estaria autorizado a divulgá-la. Já vi que está e está feito. Não tem problema nenhum.

Também não posso abordar questões de classificação muito elevada, mas isso tem a ver com NEP... Não tenho nada a esconder.

O que me está a pedir é uma opinião, um parecer, uma perceção. Sei os procedimentos e, como disse inicialmente, tenho o dever de acreditar, e acredito, efetivamente, na honra e nos valores dos chefes, porque são como eu, estão a tentar cumprir a missão. A forma como a cumprem só o chefe deles poderá questionar. Se há indícios de alguma coisa não estar a funcionar conforme o que está determinado ou se alguma coisa não correu bem, por norma abre-se um processo de averiguações para averiguar o que correu mal. Ok?

Do decorrer desse... Já disse, vou repetir-me, peço desculpa, mas efetivamente é assim. Quando é a responsabilidade... E o Regulamento de Disciplina Militar é igual para todos, desde o general ao soldado. É igual para toda a gente. Portanto, a forma de o aplicar é exatamente igual para toda a gente.

O responsável por exercer essa ação de comando é que tem a obrigação de fazer essas questões. E essas questões colocam-se com a abertura de processos de averiguações, porque não se pode incriminar uma pessoa — estamos numa democracia —, à partida, sem ela poder defender-se, sem poder dizer que foi assim ou não foi assim.

Se foram abertos, ou não, esses processos de averiguações, isso compete aos responsáveis dizer porque é que não entenderam abri-los e se foi porque ficaram suficientemente esclarecidos sobre o que aconteceu. Eu não o consigo dizer.

Conseguiria dizer que, se houvesse uma missão que era minha, uma responsabilidade que era minha e que correu mal, como fiz e isso faz parte da ação de comando normal, abria o meu processo de averiguações e dizia: «Ficas tu o oficial averiguante e quero que me digas o que aconteceu. Vais ouvir as pessoas para se poderem defender, para poderem contar as suas versões, as testemunhas».

Daí decorrente, podia dizer que houve uma grande trifulhice e que havia indícios de que podia — estou a dar um exemplo genérico — incorrer em ação disciplinar e o processo de averiguações passava a processo disciplinar. É o procedimento comum.

Quem tem a responsabilidade de levantar esses processos de averiguações, caso necessitem deles, são as pessoas que têm a responsabilidade direta sobre a execução das missões.

Não sei, Sr. Deputado, não posso ir mais a fundo, porque, efetivamente, não tenho conhecimento do que vai dentro da cabeça das pessoas ou do que as pessoas sabem sobre o caso.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Coronel. Antes de passar à segunda ronda, impõe-se um esclarecimento, até para o Sr. Coronel Ferreira Duarte ter perfeita consciência disso. A questão que, há pouco, o Sr. Deputado António Carlos Monteiro lhe colocou não foi, e não é, entendida pela presidência desta Comissão como uma matéria relacionada com a intimidade da vida privada do Sr. Coronel.

Se o fosse, a lei é clara, não é oponível às comissões de inquérito, ao artigo 15.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, mas poderia justificar a continuação e a formulação dessa pergunta numa reunião não pública.

É evidente que presumimos, creio que todos, que o nível de relacionamento com o oficial em causa não é tributário da vida privada e, portanto, não queria que ficasse com a ideia de que tinha sido determinado que revelasse questões da sua vida privada. Portanto, uma conversa privada não se confunde com a intimidade da vida privada, mas é bom clarificar até porque o Sr. Deputado Jorge Machado acabou por aludir também à possibilidade de um determinado tipo de questões ser colocado à porta fechada.

Queria apenas tornar inequívoca essa questão.

Vamos iniciar, então, a segunda ronda. Informava o Sr. Coronel que, diferentemente do que sucedeu até agora, os diversos grupos parlamentares irão fazer as suas perguntas de modo seguido, dispondo cada um de 5 minutos, e após a conclusão da última pergunta é que o Sr. Coronel fará o favor de responder a todas.

Portanto, pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Coronel Ferreira Duarte.

Sr. Coronel, deixe-me dizer-lhe que a primeira coisa que impressiona, antes mesmo de se iniciar esta audição, é, de facto, a sua notável folha de serviços. De facto, tivemos acesso a ela e devo dizer, para além daquilo que foi por si mesmo referido no início da sua intervenção, designadamente quando respondia às perguntas do Sr. Deputado Matos Rosa, que é uma folha de serviço e um currículo verdadeiramente exemplares.

Ao longo de todas as respostas que foi dando teve uma preocupação de referir aquilo que lhe competia diretamente, quais eram as suas competências funcionais perante os factos com os quais foi confrontado. Como é evidente, e pode dizer-se, até, que era o pano de fundo de todas as suas respostas nesta Comissão de Inquérito a ideia de defender o prestígio do Exército, para além daquilo que já fez com o desempenho profissional de que o seu currículo é testemunha.

Portanto, compreendo que exista uma situação de especial sensibilidade e, até, enfim, permita-me dizê-lo, algum constrangimento em relação não só aos factos em si mesmos, a todo o conjunto de factos desde a sua ocorrência a todos os desenvolvimentos que foram conhecidos até agora. Isto quando alguém que tem a folha de serviços que o Sr. Coronel Ferreira Duarte aqui apresenta, de repente, se vê confrontado com uma situação bastante incómoda em relação à qual as suas respostas não são, direi, aquelas que eventualmente gostaria de dar.

Eventualmente, não estaria diretamente e profissionalmente preparado para estar numa Comissão Parlamentar de Inquérito a responder a estas perguntas, mas, o Parlamento responde diretamente perante o povo

português e temos essa especial responsabilidade. Portanto, quando somos confrontados com respostas como essa em que o Sr. Coronel, com o seu nível de experiência, fazendo parte, integrando, um sistema, uma estrutura de vigilância dessas instalações militares, porque o fazia, diz, por exemplo, que soube dos factos pelas notícias, isto é, que soube dos factos depois de os jornalistas os terem noticiado e no preciso momento em que qualquer cidadão o soube também, tem de compreender que, por parte do cidadão comum há alguma estranheza. Há até, direi, alguma estupefação que me parece natural.

As pessoas até podem pensar: «Bom, se alguém, com esta folha de serviços, que está diretamente envolvido na vigilância, com responsabilidades nesta matéria, enfim, com a experiência que tem, soube de tudo no momento em que qualquer outro cidadão português também soube...».

Há explicações que têm de ser dadas, por muito constrangedoras que eventualmente estas possam ser, caso contrário, pura e simplesmente, a intenção primeira que é, tenho a certeza, do Grupo Parlamentar do PSD, dos demais grupos parlamentares e desta Comissão de Inquérito, como um todo — estou convencido —, que é defender o prestígio das Forças Armadas portuguesas, pode estar posto em causa.

Se o cidadão comum não conseguir compreender não apenas o desenrolar dos factos, mas o nível de responsabilidade que existiu não apenas no quinhão de competências de cada um dos intervenientes, mas a responsabilidade global dos que tinham à sua cura a vigilância daquelas instalações, então, com certeza que estaremos, enfim, a não contribuir para aquilo que aqui nos traz que é sem dúvida nenhuma a resolução dos problemas que eventualmente possam ter sucedido e defender o prestígio, repito, das Forças Armadas portuguesas.

Do mesmo modo disse que nada sabe sobre a devolução do material. Pergunto-lhe, muito diretamente, Sr. Coronel, dada a sua experiência, se o material furtado era ou não, se oferecia ou não um grau de perigosidade elevado; se o material que reapareceu, designadamente aquele que está em falta, é também — não lhe peço que me diga o que acha, mas o que entende — o correto. O que entende ser o correto dizer sobre o material desaparecido?

Depois, e com isto termino, deixe-me dizer-lhe que aquela ideia de uma exoneração no dia 1 de julho e uma renomeação no dia 17 com um espaço de inquérito intermédio, parece que se queria resolver a situação de uma forma bastante rápida e dizer ao País que, de facto, havia uma situação que estava a ser ultrapassada. Mas, ao fim deste tempo todo, não considera que, se calhar, a ideia da renomeação não terá sido a melhor para acautelar o futuro e proteger os interesses e o prestígio das Forças Armadas portuguesas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra agora o Sr. Deputado Diogo Leão, do Grupo Parlamentar do Partido socialista.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Coronel Ferreira Duarte, queria renovar o agradecimento que já tive oportunidade de fazer pela sua colaboração, mas agora também pela abertura que demonstrou e pela elevada capacidade de resposta e de preparação, capacidades coerentes, aliás, com a sua folha de serviços, com o brio militar que também lhe é reconhecido e que tem se tem verificado nas informações que nos tem prestado e também nas opiniões que nos tem podido transmitir.

Quero deixar algumas questões telegráficas, mas ainda significativas em número. A primeira é meramente sobre a linha de comando: quem foram os seus superiores hierárquicos, enquanto comandou o Regimento de Infantaria n.º 15 e que funções tinham — se nos puder dizer?

Tenho também algumas perguntas sobre riscos de segurança nacional, sobre os supostos riscos de segurança nacional, tendo em conta o acontecido em Tancos, o furto de material dos paióis. Conhecendo a tipologia do material furtado, pelo menos a que foi indicada na comunicação social, diria que esta tipologia tem um grau de perigosidade elevado? Ou melhor, que grau de perigosidade é que se lhe pode, de facto, atribuir? Que utilização pode ser dada a este género de material?

Qual foi, na sua opinião, o objetivo deste furto, tendo em conta as características desse material? É meramente uma pergunta opinativa.

Olhando para a realidade do material que se vende em estabelecimentos privados e o acesso que aquele material tinha, e a sua validade, acha que esteve, algum dia, em causa, a segurança nacional?

Ao nível do apuramento das responsabilidades, nomeadamente das militares, gostava também de questionar o Sr. Coronel sobre uma questão que já foi esgrimida pelo CDS e também pelo PCP em relação à punição de um oficial de dia, de um sargento, e dois praças a nível de processo disciplinar. Foram, sem dúvida, indivíduos ligados a este processo e de cujas responsabilidades temos, hoje, conhecimento, através de documentação chegada a esta Comissão, mas a verdade é que os escalões superiores das Forças Armadas não tiveram qualquer tipo de processo disciplinar ou qualquer tipo de outro processo sancionatório, ou, pelo menos, de investigação, naturalmente.

Penso que não precisará de perder muito tempo a responder a esta minha questão, tendo em conta que já respondeu ao PCP e ao CDS, sobre o seu pensamento e o seu entendimento em relação à mesma, mas não gostaria de deixar que ficasse registada.

O ex-Chefe do Estado-Maior, General Rovisco Duarte, disse na Comissão de Defesa Nacional que, em relação a Tancos e, nomeadamente, aos acontecimentos de junho de 2017, houve falhas de toda a hierarquia.

Perguntava ao Sr. Coronel se concorda com essa afirmação e em que medida pode concordar ou discordar.

Pedia-lhe, depois, três opiniões sobre as infraestruturas de Tancos, sobre o estado dessas infraestruturas e o seu estado de segurança, no sentido lato, não no sentido em que o Sr. Coronel contribuiu como Comandante do Regimento, com o fornecimento, no fundo, dos militares para aquela missão, em concreto.

A primeira questão é se sabe se alguma vez alguém propôs, em alguma circunstância, o encerramento dos paióis nacionais, tendo em conta a visível degradação de que há alguns sofriam. A segunda questão é se a fragilidade estrutural dos paióis, as janelas sem grades, uma fechadura, um aloquete normais, constituem formas reais de segurança e se não acha que há empresas, até domicílios privados, com nível de segurança e garantias de não intrusão mais apertadas, à falta de melhor expressão, do que tinham os paióis. Por último, a terceira questão é se, como militar, com conhecimento de causa da realidade funcional e da segurança dos paióis nacionais de Tancos, considera a decisão de encerramento desses mesmos paióis como uma decisão positiva par o futuro do exército e das Forças Armadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, iria também colocar algumas perguntas relativamente a questões recorrentes, de que aqui já se falou, para, de qualquer modo, se conseguir mais alguns esclarecimentos nestas matérias.

Iria referir-me à questão das punições nos processos de averiguações que foram feitos a militares de baixa patente. Sentiu ou teve conhecimento

de algum sentido de injustiça, descontentamento ou de alívio no seio do Exército?

Relativamente aos Comandantes, oficiais superiores que se demitiram — o Comandante do Pessoal e o Comandante das Forças Terrestres —, de que também aqui já se falou, o Sr. Coronel sabe dos motivos que levaram a essas demissões? Veio a público na comunicação social que o Sr. Comandante do Pessoal se tinha demitido por divergências inultrapassáveis com o Chefe do Estado-Maior do Exército. Que divergências inultrapassáveis seriam estas? Ouviu, nos meios militares, nos seus contactos normais, nas funções que exercia, alguma referência a estas divergências?

Por outro lado, também soubemos que, na altura — veio na comunicação social —, foi dinamizada uma página no Facebook, por um oficial na reserva, que queria convocar uma manifestação, chamada Marcha de Consciência, de entrega simbólica de espadas junto à Presidência da República.

O que gostaria de perguntar ao Sr. Coronel é se teve conhecimento deste movimento e a que se deveria este descontentamento: seria só relativamente ao caso de Tancos ou também a outras situações que, porventura, existiriam, correlacionadas ou não, com aquele caso?

Relativamente ao material que foi furtado, confirma que parte desse material estaria obsoleto, isto é, que já não estaria nas devidas condições de utilização? E que material obsoleto seria esse, dentro do rol do material furtado de que tivemos conhecimento?

Por outro lado, também já aqui foi falado, em relação a esse material, qual era o seu potencial destrutivo? Qual era o material, enfim, com mais peso, a esse nível de destruição, que foi furtado?

Finalmente, o Sr. Coronel considera que é plausível, também de acordo com o que tem conhecimento, considera que é possível o transporte de todo esse material em carrinhos de mão, por um percurso de 500 m?

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, agradecendo as respostas às perguntas que fiz anteriormente, gostaria de recentrar as questões.

Todos sabemos, e esta Comissão Parlamentar de Inquérito é justificada por isso mesmo, que as coisas não correram bem. Algumas das informações que já temos disponíveis, no âmbito da Comissão, nomeadamente, os vários processos de averiguações, dão-nos alguma informação muito relevante para que se perceba aquilo que são as coisas que não correram bem e aquilo que diferentes responsáveis poderiam, ou deveriam, ter analisado e isso é que motiva as nossas perguntas.

Sabemos, e está nas averiguações, que as unidades reportaram reiterada e superiormente, a falta de pessoal, a degradação de infraestruturas, a videovigilância, o mato, mas também é dito que as unidades não avaliaram da adequabilidade do plano de segurança, nem recomendaram alteração face àquela mesma degradação.

Por outro lado, é-nos dito, também, que as unidades não testaram nem efetuaram treinos específicos ou simulacros, relativamente à segurança física, que havia falta de unidade de comando, que não havia sequer uniformidade dos procedimentos entre as diferentes unidades e, por isso, as perguntas que queremos que sejam esclarecidas, é se, no que diz respeito a cada uma delas, considera que aquilo que era a sua responsabilidade de comando, no que diz respeito a esta matéria, foi cumprido, ou não, ou se teria feito algo de diferente ou se considera que deveria ter sido feito mais no que diz respeito a estes pontos.

E há uma questão que me parece também evidente e que não posso deixar de fazer: face ao que sabe hoje e com a sua responsabilidade de comando, deveria, ou não, ter proposto superiormente o encerramento dos paióis nacionais de Tancos? Considera, ou não, que essa medida deveria ter sido tomada antes que o problema tivesse surgido, face àquilo que, sabemos hoje, eram as condições dos paióis nacionais de Tancos.

Depois, há uma última questão, que é para nós também particularmente relevante, que é, tendo acontecido o que aconteceu, que é, face à sua gravidade, face à perigosidade do material que foi furtado, objetivamente um problema de segurança, aquilo que parece muitas vezes é que foi considerado — pedia que me esclarecesse também em relação a essa matéria — aquilo que era um problema de segurança foi, muitas vezes, equacionado mais como um problema de imagem do Exército do que como um problema de segurança que tinha de ser ultrapassado e que tinha de ser resolvido.

Daí a questão que, obviamente, nos leva ao ponto da chamada exoneração ou suspensão temporária que, juridicamente, até, haveria as maiores dúvidas, que pudesse ter sido feita da forma preventiva, como foi, e que, de algum modo, de forma criativa, juridicamente, acabou por ser feita pelo Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército.

Portanto, ficámos esclarecidos face à audição do Sr. Coronel, que foi a preocupação, mais até do que aquilo que nos foi transmitido a nós, na Comissão de Defesa, que seria de preservar os processos disciplinares para que não houvesse interferência naquilo que eram as responsabilidades, a preocupação foi, essencialmente, a comunicação.

Foi uma estratégia de comunicação. Teve a ver com um plano de comunicação de forma a acautelar a imagem do Exército e aquilo que, a nós, CDS, nos preocupa especialmente é perceber, também, e aqui já estamos a falar além daquilo que foi o que correu mal que levou ao furto, a reação que

é tomada por parte do Exército, na sequência do furto. Ou seja, a preocupação foi resolver os problemas ou foi proteger a imagem?

É evidente que essa é, se quisermos, a questão que eu gostaria que o Sr. Coronel abordasse, face àquilo que foi o impacto pessoal — não tenho dúvida nenhuma —, que uma decisão de exoneração tem para alguém que, além do mais, naquele momento não tinha sequer a responsabilidade e respeitamos — reitero isso —, respeitamos aquilo que é até o impacto pessoal e familiar que tem uma exoneração por estas razões, a alguém com a carreira do Sr. Coronel.

O Sr. **Presidente**: — Agora, para concluir esta segunda ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, não vou esgotar o meu tempo, nem de longe, nem de perto. Vou ser muito rápido.

Sr. Coronel, às diferentes perguntas foi respondendo que o apuramento das responsabilidades é feito no âmbito de um processo disciplinar onde são feitas averiguações e, depois, são aplicadas as respetivas medidas disciplinares.

No entanto, nas Forças Armadas existe a figura de exoneração e queria-lhe pedir que, por favor, abordasse essa figura da exoneração e como é que ela funciona ou opera no âmbito das Forças Armadas — não me estou a referir de todo à sua exoneração, cujas motivações já foram aqui abordadas e a explicação já foi dada.

Tivemos recentemente notícias na comunicação social, segundo as quais um Comandante do submarino Arpão foi exonerado, porque alguma coisa não correu bem no âmbito da sua missão e, portanto, ele foi destituído das suas funções. Portanto, há um patamar que é o patamar da

responsabilidade disciplinar e há o patamar da responsabilidade do Comando, que é o da exoneração, que são substancialmente diferentes.

Portanto, pedia-lhe que abordasse essa diferença e que, por outro lado, nos desse a sua opinião — aqui, é mesmo uma opinião — sobre se não ficámos com exonerações a menos no âmbito deste processo.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado. De facto, não esgotou o tempo de que dispunha.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Coronel Ferreira Duarte.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Srs. Deputados, muito obrigado pelas perguntas. Vamos ver se fui lesto suficiente para registar tudo, mas peço a vossa ajuda caso me esqueça de alguma pergunta porque estou aqui para falar de tudo o que sei. Não quero falar do que não sei, mas estou disponível para falar de tudo o que sei.

Devo seguir a sequência de perguntas ou posso alterá-la? É que a última é muito simples.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Coronel responderá pela ordem que quiser.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não é por nada, é porque, realmente, ficou-me debaixo da língua a resposta: a exoneração não é uma punição. Há a perceção de que uma exoneração é uma punição. Não é. Se formos aos despachos e às diretivas encontramos «foi exonerado da função para assumir funções noutra função».

Portanto, é uma figura perfeitamente normal, mas a perceção que há é que «pronto, aquele já está exonerado, tem a folha suja, já nunca mais vai ser ninguém». Mas não tem nada a ver com isso. A exoneração é uma figura que

não está obrigatoriamente associada a uma punição. Este é o esclarecimento que, por ser simples, começaria por fazer.

Os processos de averiguações são outra coisa. Relativamente ao exemplo que deu do camarada do submarino Arpão, o chefe entendeu que ele não tinha condições para continuar e, por sua decisão, exonerou-o e colocou-o noutras funções. Agora, vai abrir um processo de averiguações. Uma coisa é uma figura de colocação e de retirada, outra coisa é um processo de averiguações. O resultado de um processo de averiguações pode não levar à exoneração. Pode não concluir-se que ele tenha de deixar as funções, porque não coloca em perigo a função que estava a desempenhar.

Peço desculpa por ter começado por aí, mas fica já respondido.

Vou começar, então, do princípio, a ver se não me esqueci de nada!

Quanto a ter tido conhecimento pelas notícias, a percepção que dá é a de que, realmente, como será que funciona aquele Exército, para que os seus militares tenham conhecimento das coisas pelas notícias?!

Permita-me esclarecer: ouvi a notícia e a seguir fui-me informar. Quem está lá, assim que tem conhecimento do sucedido, a primeira pessoa a quem informa é ao oficial de dia que, depois, informa quem está no Comando das Forças Terrestres, sendo imediatamente avisado o general-chefe. Portanto, quem tem de saber do acontecimento sabe-o imediatamente.

Depois soube, ou seja, quando disse que soube pelas notícias referia-me a que a primeira vez que soube foi pelas notícias, mas logo a seguir fui informado. Logo a seguir, recebi uma mensagem a dizer o que é que tinha sucedido.

Se calhar, dei uma ideia errada do facto de ter sabido pelas notícias...

O Sr. Ascenso Simões (PS): — O método não é o melhor!

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — A primeira vez que soube foi pelas notícias, efetivamente. Sou obrigado a responder a verdade e não posso dizer que fui informado, pois a primeira vez que ouvi foi pelas notícias. A seguir é que fui informado do que é que tinha sucedido.

O Sr. Deputado colocou a situação da seguinte forma: como é que os Srs. Deputados, representantes eleitos pelo povo, podem ficar descansados se um militar é informado desta situação pelas notícias?

Acho que os Srs. Deputados podem ficar descansados, e os portugueses também podem, porque embora as organizações tenham falhas que precisam de ser colmatadas — é também por isso que estamos aqui! —, as pessoas que lá trabalham e com quem me tenho cruzado estes anos todos são extremamente profissionais, extremamente competentes. Isto não é uma perceção minha, mas sim aquilo que tenho ouvido acerca do trabalho que fazem em representação do País quando são cometidos nas missões.

Nem tudo é perfeito. Sabemos disso e temos de ser honestos, reais e por isso mesmo é que existem mecanismos para que as coisas sejam corrigidas. É bom que assim seja! É isso que nos traz a democracia, é essa a nossa obrigação: tentar fazer as coisas o melhor possível, sempre no espírito de que somos um instrumento político e de que, a qualquer altura, o poder político pode decretar que já não precisa deste instrumento.

É assim! Nós existimos porque os portugueses querem que existamos. O Exército sempre foi e tem de continuar a ser o reflexo dos portugueses. Peço desculpa por estar... mas fui um bocado encaminhado por aquilo que me disse, de como é que os portugueses ou os representantes do povo podem estar descansados quando um militar tem estas informações pelas notícias.

Soube primeiro pelas notícias, mas depois fui informado. Naquele momento eu não tinha de saber. Não estava de serviço! A informação corre rapidamente, em segundos, portanto é natural que eu esteja a ver as notícias

e oiça isto, mas a seguir é-me informado, por mensagem ou por... ainda por cima foi dito, foi transmitido.

Quem tem de saber, sabe imediatamente, os restantes sabem na devida altura.

Relativamente à perigosidade do material roubado, é material militar, claro que é perigoso! Claro que é perigoso!

A forma de utilização é tão vasta, tão lata, que o material roubado — não estou a falar das munições, porque essas sabemos a letalidade de uma munição, os LAW (*light anti-tank weapon*), etc. —, dependendo da forma e do sítio onde for utilizado, pode causar mais ou menos baixas, pode causar mais ou menos impacto, mas é sempre perigoso. É sempre perigoso!

Para quantificar a perigosidade que este tipo de material tem, só se fizessemos um estudo aprofundado de todas as variadas situações onde ele possa ser utilizado.

Grosso modo, sim, é perigoso. Por isso é que é material militar! Não é um disparador, não são coisas inofensivas. É material explosivo e, efetivamente, muito perigoso.

Não consigo dizer qual o grau de perigosidade, porque depende do sítio onde é utilizado e em que condições é utilizado.

Quanto à quantidade do material em falta, é outro dos assuntos em que posso ter a minha opinião, mas não pode ser entendido que as minhas afirmações refletem a opinião do Exército. Como não tenho de saber, não fui informado oficialmente acerca do material roubado, da quantidade que apareceu, da quantidade que desapareceu. Isto é matéria que está sob investigação.

O que sei é o que se lê nas notícias. Se eu estivesse encarregado da investigação, teria de saber, teria de me munir dessa informação para poder averiguar. Como não estou dentro desse processo, sei o que é dito, sei o que é falado, mas não tenho documentos oficiais que me façam a listagem do que

é que desapareceu, do que é que apareceu, do que é que falta aparecer, do que é que apareceu a mais ou do que apareceu a menos... não tenho que saber!

As pessoas sabem o que têm de saber. Neste momento, face às minhas funções atuais, não estando a fazer nenhuma investigação, nenhum estudo, sobre essa matéria, não tenho mesmo essa necessidade.

Quanto à exoneração e à renomeação, perdi-me um bocado no contexto desta pergunta — que está um bocadinho ligada à pergunta do Sr. Deputado António Monteiro, do CDS —, mas, ao servirmos as Forças Armadas, ao servirmos o Exército, estamos a predispor-nos, a colocarmo-nos à disposição para as funções e para as situações que estão previstas na lei. Não podem fazer qualquer coisa, mas tudo isto está previsto: a nomeação, a exoneração, a «desnomeação». São tudo figuras previstas, que podem ser feitas e que têm autoridade para as realizar.

Abstraindo-nos do impacto do momento, do envolvente, da situação mais sensível ou psicológica que tudo isso possa causar, e que varia de pessoa para pessoa, são figuras legais e perfeitamente exequíveis que podem ser utilizadas quando for necessário.

Em relação a isto da exoneração e da nomeação, tentando abstrair-me do impacto que possa causar, quer a nível de opiniões quer a nível de perceções, efetivamente, é um mecanismo que pode ser utilizado e que é utilizado. Não vejo grande impacto nisso.

Se é bem utilizado, se é adequado, isso compete a quem decide. Ou seja, quem toma uma decisão dessas tem de ponderar muito bem, tem de ver se é adequado, tem de saber se se ajusta às necessidades a que se destina, tem de ver se visa o cumprimento de um determinado objetivo, e depois pode ser utilizado.

Não tenho muito mais a desenvolver acerca desta questão da exoneração. Hei de voltar a falar novamente, quando chegarmos mais lá à frente.

Em relação à linha de comando, falou-me da linha de comando, no que respeita aos superiores hierárquicos, em que contexto, Sr. Deputado?

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — No contexto dos comandantes.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Ah! Quais eram os comandantes!? Quando cheguei ao Regimento de Infantaria n.º 15, o comandante da Brigada de Reação Rápida era o Sr. General Perestrelo, que neste momento está na Madeira. Como foi nomeado para a Madeira, quem ficou em funções foi o nosso Coronel Fonseca Lopes, a comandar a Brigada em suplência, até que, finalmente, foi promovido o nosso General Rebelo, que é, atualmente, o comandante da Brigada. Este é o meu escalão superior, a quem me reporto imediatamente.

O escalão superior a estas pessoas que referi era, na altura, o nosso General Menezes, que pediu para sair.

Estas eram as pessoas que estavam na minha linha de comando. Depois, quando o nosso General Menezes saiu, o comando das Forças Terrestres foi assumido...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Pelo General Guerra Pereira.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Não foi logo. Inicialmente foi assumido pelo vice-chefe e, depois, pelo nosso General Guerra Pereira que, como assumiu agora as funções de vice-chefe, está em acumulação.

Esta é a cadeia de comando de que posso falar.

Quanto aos riscos para a segurança nacional, como lhe digo, gostaria muito de fazer esta avaliação, mas não tenho dados que me permitam saber quais são os riscos que uma situação deste género pode causar à segurança nacional. Não consigo. Não tenho dados que me permitam responder a isto.

A perceção — lá estou eu a falar no campo das perceções! — é a de que é material sensível, do qual se perde o controle e, portanto, não é bom.

Reiterando aquilo que disse inicialmente, que confio nas instituições e no escalão superior, se o nível de ameaça não se alterou é porque foi verificado que ela não seria de tal gravidade que justificasse a alteração do nível de segurança.

Posso concluir daqui que, embora seja desprestigiante, seja mau e cause um impacto não muito bom, até mesmo em termos internacionais, não foi este caso que fez com que, pessoas mais informadas e que têm outro tipo de informação que eu não tenho, alterassem o nível de segurança.

Sobre a tipologia do material furtado e a sua utilização eventual, foi exatamente aquilo que eu disse há pouco: não consigo quantificar o efeito de material deste tipo. É perigoso, é explosivo, causa graves danos! Causa mais ou menos danos dependendo da forma como é utilizado, mas tinha de escarpelizar se é no exterior ou se é dentro de casa, se é numa viatura. Varia! Não posso dizer claramente que pode matar mais gente ou que pode matar menos gente, tem as características próprias.

A eventual utilização deste material fica à imaginação das pessoas. Infelizmente, temos visto e temos acompanhado a utilização de material deste género em várias partes do mundo e a forma como ele é utilizado é ao sabor da imaginação! Os explosivos, as granadas, o lança-granadas é tudo material explosivo que pode causar graves danos, dependendo da forma como é utilizado. Não consigo quantificá-los!

Falou, novamente, de que a segurança nacional esteve em causa. Dou a mesma resposta que dei em relação aos riscos da segurança nacional: se a

segurança nacional esteve em causa, as entidades responsáveis por avaliá-la pronunciaram-se e, pelo que me foi dado a perceber enquanto cidadão, isso não alterou. Portanto, de certeza que esta análise e que esta averiguação foram feitas.

Quanto às responsabilidades disciplinares de pessoal punido... isto já tinha sido respondido, mas reitero o que disse há pouco. Ou seja, compete a quem tem as responsabilidades de comando fazer o levantamento destas averiguações, caso considere que são úteis para o esclarecimento cabal das responsabilidades, e daí são decorrentes as ações disciplinares que estão previstas no RDM (Regulamento de Disciplina Militar).

Referiu-me que o ex-Chefe do Estado-Maior do Exército disse que houve falhas em toda a hierarquia. Pois, ele sabe essa informação, eu não sei! Ele estava no topo da hierarquia e consegue dizer coisas que eu não consigo, porque não recebo os relatórios e não sei onde são os pontos mais sensíveis e os menos sensíveis.

Para fazer uma afirmação destas, de certeza que ele tem à sua frente os relatórios da Inspeção-Geral do Exército, os relatórios do Comando das Forças Terrestres, os relatórios da Logística, do Pessoal. Ele sabe — deverá saber, se o informarem corretamente, e acredito que o façam! — onde é que temos as pequenas falhas, que temos de compensar de alguma forma. Eu não tenho essa informação.

Portanto, se ele o disse é porque tem razões fortes para o dizer.

Relativamente às condições das infraestruturas de Tancos, as condições de habitabilidade e de segurança são da responsabilidade da unidade responsável por elas.

Podemos dividir as condições das infraestruturas de Tancos em duas partes.

Primeiro, as condições de habitabilidade, que interferiam com as condições em que os meus militares lá ficavam lá. Isso também está nos

relatórios, em que diziam que isto ou aquilo não funcionava, como a água... tínhamos conhecimento disso.

Depois, em termos de condições de segurança, também, mas isso é noutro campo. É noutro campo!

A entidade que tem a responsabilidade pelas condições destas limitações deverá intervir de acordo com as suas prioridades, com o seu plano de obras, seja com o que for!

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — A Unidade de Apoio Geral?

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sim, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.

Se alguma vez propus o encerramento dos paióis? Só poderia fazer uma proposta dessas se me dissessem claramente que aquilo não iria ser corrigido.

Eu alerta, digo assim: as câmaras não estão a funcionar, os sensores não estão a funcionar, a rede tem graves falhas em algumas posições que fragilizam o perímetro de segurança. Se o escalão superior me dissesse: «Olha, esquece lá isso, continua a fazer como estás a fazer, porque é assim que vai ser», então, eu poderia, eventualmente, propor se, nessas condições, podíamos começar a ponderar se valia a pena manter essas infraestruturas, porque o passar do tempo faz com que elas se degradem ainda mais.

Mas nunca me chegou essa informação. Havia, com certeza, um plano de recuperação, que desconheço, de algumas das infraestruturas do paiol. Portanto, havia investimento a fazer ali.

O primeiro sinal que tive disso foi o início da construção do muro e outras ações, do SICAVE, etc., que começaram a ser projetadas para lá. Portanto, poderia, eventualmente, fazer essa proposta mas, lá está... Nós podemos fazer as propostas que quisermos, não é, mas têm de ser coerentes,

fazer sentido e serem baseadas em conhecimento de que eu também não dispunha. De acordo com a minha percepção, eu tenho ideia de que, como está, mais vale fechar. Poderia fazer uma afirmação destas, mas não estava na posse dos planos previstos para intervenção lá, não sabia o que estava previsto fazer lá, portanto, seria inconsequente qualquer tipo de proposta desse género.

Quanto às condições dos depósitos, e mais uma vez, elas não eram da responsabilidade de quem... Considerando que vão ouvir algumas pessoas no âmbito desta Comissão, estou convencido que esta não é uma pergunta a que eu esteja em condições de responder, porque fala exatamente dos requisitos técnicos que um depósito deve ter para guardar aquele tipo de material.

Ora, se eu nem sei que material lá está, não faço ideia! Se calhar, os senhores viram-no, mas eu nunca o vi porque não tenho autorização para ir lá para dentro, aquilo faz parte dos depósitos e nós não estamos autorizados nem tenho interesse nisso. Eu faço requisições no canal de comando; se houver, há, fornecem-me, se não houver, não há, adquire-se ou faz-se o que se entender. Portanto, não posso saber se as condições do depósito são suficientes ou não.

Pelo que me diz parece-me que havia ali algumas falhas, eventualmente, mas é só pelo que o Sr. Deputado me contou, porque não tenho conhecimento *in loco*, nem fiz essa avaliação, nem sei o que está lá dentro para depois fazer corresponder o nível das condições de armazenamento.

Finalmente, perguntou-me se o encerramento dos paióis é uma boa decisão ou uma má decisão.

Se eu fosse... Como hei de dizer isto?... Há muitas perguntas, e acho que já perceberam, a que eu digo que não tenho condições para responder, porque, efetivamente, não tenho mesmo. Ou seja, respondo do que sei,

garantidamente, e acerca da minha diretiva e das indicações que recebi. Quanto a isso, fica registado como palavra de honra, porque era naquilo que eu trabalhava.

Mas quando me pedem opinião tenho dificuldade em dá-la. Acredito que tenha sido uma boa decisão, senão não teria sido tomada. Portanto, à partida, a minha resposta é logo esta: sim, foi uma boa decisão, porque se não o fosse não teria sido feito assim. O dinheiro que se investiu em Santa Margarida ter-se-ia investido em Tancos e manter-se-ia lá o depósito de munições como estava.

Com certeza que algumas pessoas que tinham a responsabilidade de fazer essa avaliação fizeram-na e devem ter concluído que a melhor solução — mais económica, mais segura, fosse o que fosse — era fazer a transferência do material que estava lá para Santa Margarida. Portanto, à partida, eu não dispondo de mais nenhuma informação. Acredito que sim, que tenha sido uma boa decisão. Esta é a resposta que posso dar, face ao que expliquei: de não ter mais informação nenhuma.

Pronto, não sei se cobri as questões todas.

Agora vou abordar a questão das punições, do processo de averiguações, que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda colocou, referente a este processo.

A minha resposta não foge muito da resposta que dei ao Sr. Deputado do PCP e ao Sr. Deputado do PS.

A ação de comando... Peço desculpa por estar a repetir isto, mas, em perfeita justiça, não posso achar que os camaradas que tinham a responsabilidade de abrir processos e de ver o que tinha acontecido não o tivessem feito por não quererem saber disto para nada! Não acredito nisso, honestamente, não acredito nisso!

Portanto, se não foram abertos processos de averiguações para averiguar responsabilidades e se fosse verificado que havia condições para

ação disciplinar — que ter-se-ia transformado num processo disciplinar —, isso teria acontecido.

Se isso não aconteceu, não sei porquê, porque a informação que tenho é que estes três processos de averiguações foram abertos logo de início, na altura em que foi igualmente decidida a exoneração, e cada um, ao seu nível, abriu o processo que entendeu por necessário para averiguar o que se tinha passado. Não sei se verificou que havia incumprimento, desleixo ou não execução do que estava estipulado e se tinha condições para virar processo de averiguações e sair dali algum tipo de punição. Acredito nisso. Não fui inquirir à hierarquia, à cadeia de comando, por que é que não puniu. Não posso fazer isso e acredito que se não o fizeram foi porque não era preciso. Esta é a minha resposta.

Como é que é feito? Eu sei como é que é feito, todos sabemos como é feito. Foi feito, porque já foi feito neste processo e sempre que foi necessário averiguar determinada situação foram abertos processos de averiguação.

Os comandantes destituídos, o General Menezes e o General Calçada, alegaram que foi por divergências inultrapassáveis — como o Sr. Deputado diz e muito bem. Em minha opinião, se os nossos generais, com a experiência que têm, com o tempo de serviço que têm e os anos de serviço que têm na instituição, acharam que tinha chegado o momento de sair, por alguma razão, só lhes compete a eles decidir isso.

Quais eram as divergências inultrapassáveis? Pois, isso é uma coisa que não posso saber, não sei, não tenho uma afinidade tão grande com os nossos generais ao ponto de lhes perguntar por que é que se foram embora. Essa é uma coisa que, naturalmente, terá de ser perguntada mesmo aos próprios. Eu não tenho esse à-vontade para interrogar os nossos generais sobre a razão de se terem ido embora, o que sei é o que todos nós sabemos, ou seja, foi o que eles disseram. Se se foram embora, se acharam que seria

mais vantajoso para a instituição a sua saída, só a eles lhes compete dizer qual foi o motivo.

Considerando as pessoas em si, se quer a minha opinião, dir-lhe-ei que são dois brilhantes generais e temos pena que se tenham ido embora, pela sua experiência, pela sua capacidade de comando, etc., mas esta é a minha opinião pessoal, só, mais nada. Foi esta a decisão delas, não podemos fazer nada contra isso e também não consigo explicar nem aprofundar quais foram essas divergências inultrapassáveis, porque não as conheço.

Relativamente ao movimento da baixa de consciência, ao Movimento das Espadas, Sr. Deputado, conheço os camaradas que estavam a fazer isso e se eles o estavam a fazer era porque a consciência deles entendia que essa era a forma de se manifestarem perante a percepção que eles tinham do que estava a acontecer. Não os reprimo nem os apoio, foi essa a decisão deles.

Como já estavam fora da estrutura, a forma que eles encontraram para demonstrar o seu desagrado foi essa, penso eu. Se é boa ou má, a eles compete dizer, foi o que entenderam fazer. Felizmente não saíram da legalidade e felizmente estamos numa democracia e, portanto, eles estão no seu perfeito direito de tomar as suas atitudes, desde que não interfiram com outros, e de manifestarem da forma que entenderem o seu sentimento, basicamente.

Não me posso alongar muito mais sobre este Movimento, sobre esta decisão, porque aos próprios compete fazê-lo.

Em relação à obsolescência do material furtado, já há pouco referi aqui, Sr. Deputado, que eu não tenho oficialmente conhecimento específico do material. Claro que isto foi divulgado nos meios de comunicação social e só quem não quiser saber é que não sabe, está lá espelhado e acredito que seja verdade. Mas essa é a única informação de que disponho. Não tenho informação nem oficialmente, nem através da correspondência interna do

Regimento. Eu não tinha necessidade de saber esta informação, portanto, oficialmente, não tenho informação sobre este material.

Quanto a ser obsoleto, sei exatamente a mesma coisa que foi dita em determinada altura à comunicação social pelo nosso General Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que referiu que parte do material estava obsoleto.

Lá está, embora haja, dentro da estrutura, uma informação do que acontece e não acontece há assuntos específicos que dizem respeito apenas às pessoas que estão a tratar deles e só se se verificar que há uma mais-valia do seu conhecimento para esclarecimento, contributo ou seja o que for, então é que a informação é divulgada.

Portanto, não consigo adiantar-lhe muito mais além do que todos os portugueses já sabem sobre isto.

Quanto ao potencial destrutivo do material furtado, respondo-lhe da mesma forma que já respondi anteriormente: depende muito da forma como é utilizado. Não é um material qualquer, é material explosivo, é material perigoso, é material militar. É perigoso. O nível do efeito que aquele material pode ter na vida das pessoas ou nas ações que possam ocorrer depende muito da forma como ele é utilizado e o efeito não é o mesmo. Portanto, não consigo pormenorizar qual seja o nível de letalidade que aquele material possa causar, porque depende muito da forma como ele for utilizado. Se enchermos uma sala de pessoas e atirmos para lá uma granada com certeza que terá um efeito diferente do que se estivermos na rua e lançarmos uma granada, onde as pessoas podem fugir e reagir de outra forma. É difícil, portanto, estar aqui a assumir qual é o nível de letalidade de cada um dos materiais, porque iria incorrer em erro.

O Sr. Deputado pediu-me a minha opinião sobre o transporte do material em carrinhos de mão. Bom, Sr. Deputado, decorrente de tudo o que já disse, o que sei, aquilo de que tenho conhecimento, é que parece que as

peças que foram lá buscar o material transportaram-no em carrinhos de mão pela rede, para uma ou duas carrinhas. Mas esta é a informação que foi dada pela comunicação social, eu não estou a par do que está a ser averiguado.

Aquele material todo — eu estou a dizer «aquele material todo» e o «todo» pode ser uma mesa cheia de material ou uma sala cheia de material —, de que nós todos temos conhecimento, até pode ser transportado à mão, depende do tempo que isso demora. Se pode ser transportado em carrinhos de mão? Sim, porque os contentores onde estão armazenados permitem isso, não são contentores de 40 pés, são portáteis, são coisas que um homem pode transportar, não precisa muito mais do que isso. E é só. Pode ser? Pode. É prático? Não é lá muito prático, mas pode, é exequível, é possível. Se foi assim ou não, não sei, alguém está a averiguar isso e dirá depois de sua justiça.

Acho que cobri mais ou menos todas as perguntas que o Sr. Deputado João Vasconcelos me fez.

O Sr. Deputado António Carlos Monteiro, do CDS, perguntou-me sobre os processos de averiguações, informações relevantes dos processos de averiguações, a falta de unidade de comando e enumerou-me uma série de...

Ora bem, o ponto fundamental do que o Sr. Deputado disse tem a ver com a perceção de se as coisas são feitas por causa da imagem ou se são feitas, efetivamente, por causa da segurança.

A imagem é importante, mas não conseguimos criar uma imagem se não formos credíveis. Portanto, é muito importante que se acautele a credibilidade da execução das tarefas. Estou a dizer isto de uma forma mais genérica, porquê? Porque não conseguimos dizer que o pessoal que está numa missão no Afeganistão, ou na República Centro Africana, ou no Iraque ou seja lá onde for, que é a nossa responsabilidade, que fazem as coisas bem,

de forma correta, estão prontos, conseguem responder de forma imediata, sem o fazermos. É certo que a imagem é importante, mas a imagem tem de se basear em factos concretos, em coisas exequíveis.

Acho que seria uma distração muito grande estarmos a tomar atitudes só para a imagem, sem acautelar o fundamental que é construir a base dessa imagem.

De todo, não acredito e não partilho que estas decisões tomadas ou a condução dos processos de cujo conteúdo não tenho conhecimento — os Srs. Deputados estão muito mais informados, naturalmente, do que eu, porque não estou no processo de averiguação dessas responsabilidades, felizmente...

Mas não se consegue dar uma perceção de uma imagem sem fazer as coisas bem.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Mas não correu bem!

O Sr. Cor. Inf. Francisco José Ferreira Duarte: — Pronto, lá está, é, como disse, efetivamente, não correu bem e, sem escamotear a vergonha, salvo seja, quer dizer, o amargo que temos de não ter corrido bem, foi um ato que aconteceu de que não nos orgulhamos e que não desejaríamos que tivesse acontecido.

Mas não vamos encostar-nos às pedras a lamentar, vamos corrigir, vamos tentar que não volte a acontecer. Isto parece um lugar-comum, mas é um facto: estamos acostumados, no nosso procedimento, a aprender com os erros. Temos, inclusive, um departamento que é o das Lições Aprendidas.

Esse é um procedimento que não é novo, é normal. Nas operações faz-se uma operação e depois há as lições aprendidas do que correu mal, porque as coisas nem sempre correm como desejamos.

Fundamentalmente e respondendo objetivamente à questão que me colocou acerca do processo de averiguações e das exonerações por causa da proteção da imagem, etc. — também já lá vou —, acredito que quem me ensinou, e a maior parte desses generais foram meus professores, pensa que não há imagem sem fazer as coisas como devem ser feitas.

Para construir uma imagem, sim, temos de divulgar o que fazemos, mas temos de fazer bem primeiro para poder divulgar o que está bem feito. É a única coisa que tenho para dizer acerca disto.

Falou também na questão da conversa que, depois, o nosso general teve connosco em que falou da informação pública. Efetivamente, a perceção com que fiquei quando me foi comunicado foi que estávamos a tentar fazer todos os possíveis para que não parecesse que nos estávamos a defender uns aos outros. Não é real isso.

Não fazemos as coisas para dar a sensação de que ninguém é culpado. Quando há culpados, têm de ser identificados, têm de se verificar quem tinha responsabilidades e isto é feito de forma aberta. Tem de ser feito de forma aberta.

Portanto, o que percebi foi que a exoneração era para, pelo menos, ajudar a mostrar que a investigação era completamente transparente e as coisas iam ser... Não quer dizer que se tivéssemos ficado lá não fossem transparentes na mesma! Poderiam ser válidas as duas situações: ficar lá ou sair durante a averiguação.

Mas foi entendido que, por uma questão de transparência... Aliás, o que está escrito no comunicado de imprensa seguiu exatamente a mesma linha. Não houve duas linguagens: a linguagem foi exatamente a mesma!

Aquilo que me foi dito foi exatamente o mesmo que foi dito em termos de comunicação pública, para dar a tal perceção de que iríamos averiguar tudo o que fosse para averiguar até se chegar a alguma conclusão. Foi esta, na altura, e atenção que já passou muito tempo, já aconteceram muitas coisas

depois disso ter acontecido, e estou a tentar centrar-me naquele momento, que foi o dia 3 de julho, que foi quando o nosso general falou connosco... Pronto, foi só isto.

Não sei se consegui abordar todas as questões que levantou, mas é isto que me apraz dizer.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Coronel.

Como há inscrições, far-se-á uma terceira ronda em que cada grupo parlamentar dispõe de 3 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José de Matos Rosa.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, queria, mais uma vez, agradecer a forma como esteve nesta audição e a forma direta, frontal e sem rodeios como respondeu às nossas perguntas. Às vezes, temos audições em que chegamos ao fim e não concluímos nada, mas o Sr. Coronel deu-nos as respostas, pelo menos, dentro do que poderia transmitir, às perguntas que fizemos.

No Grupo Parlamentar do PSD, só temos a agradecer essa disponibilidade e a frontalidade com que também respondeu a todas as questões.

Há duas áreas sobre as quais gostava de perguntar, com um pequeno pormenor — não sei, como lhe disse, não conheço —, no fundo, pedia-lhe uma análise desta situação e fazia-lhe uma pergunta técnica que é se as munições, que continuam desaparecidas, segundo sabemos pelos jornais e alguns documentos, servem nas pistolas Glock utilizadas pela PSP.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — É, sim, é o mesmo calibre.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Responderia só no fim, Sr. Coronel. Nesta ronda temos o mesmo método da segunda.

Depois, gostava de fazer um comentário e que o Sr. Coronel respondesse: alguma vez a instituição militar, o Exército pensou que era possível uma instalação militar ser assaltada? Alguma vez pensaram nisto?

Há a ameaça, há depois a segurança, mas há coisas que a gente não pensa. Há coisas que não pensamos que possam acontecer ou que estão previstas, toda a gente sabe, mas que será sempre difícil aceitarmos.

Depois, tenho mais uma pergunta e um comentário final. Qual foi a perceção do Sr. Coronel sobre a forma como reagiu o Exército, e a instituição militar, naqueles dias, depois de se saber publicamente o que é que aconteceu? Porquê?

Na prática, acho pessoalmente que, depois de saber do desaparecimento no princípio de julho de todo o material, não foi feita uma gestão, em toda a linha, da melhor forma e houve alguns atropelos, algum atabalhoar na resolução destas questões e, no fundo, na forma de tratar esta questão que era, e é, grave tanto politicamente como para a própria instituição militar.

No fundo, era isto, não vou entrar em mais questões. Terminava agora e agradecia, mais uma vez, em nome do Partido Social Democrata, ao Sr. Coronel a forma como respondeu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Leão.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, muito brevemente, em forma de resenha, queria perguntar-lhe se confirma que eram oito militares que asseguravam a segurança numa área de 39 ha, que albergava munições e material de guerra, isto é, bens sensíveis e importantes

pelo poder bélico, pelo poder de fogo, pelo potencial de perigosidade que podiam conferir.

Confirma que a missão regulamentar do seu Regimento, em relação aos Paióis Nacionais de Tancos, no fundo, era o fornecimento dos oito militares e a realização do controlo de entrada e de acesso aos paióis e de vigilância ao próprio perímetro?

Sr. Coronel, confirma que existiam vulnerabilidades conhecidas pelos comandos das unidades que faziam segurança ao perímetro, entre elas, o seu comando e a sua unidade, a Infantaria 15, e que estas vulnerabilidades eram reportadas à instância superior, nomeadamente à Brigada de Reação Rápida?

Por último, o Sr. Coronel confirma que o oficial de dia responsável pela segurança dos Paióis Nacionais de Tancos pertencia ao comando da Brigada de Reação Rápida? Estava adstrito, portanto, a essa instância?

Em relação à forma como o Sr. Coronel teve conhecimento do furto de Tancos, a questão para nós, Partido Socialista, não é preocupante por termos tido conhecimento dela pelas notícias, não é esse o mote. A questão é que as Forças Armadas, neste caso concreto o Exército, perante uma situação em que desconhecia, naturalmente, o quem, o quê, o quando, o onde e o como aconteceu, e que podia — vamos levar isto ao limite do ridículo — tratar-se de um ataque ao material de guerra das Forças Armadas, mais generalizado, mais vasto, vamos, como disse, pelo exagero, pelo ridículo, não tenham informado imediatamente todos os comandantes das unidades do acontecido e exigido medidas de prevenção, pelo menos, enquanto o desconhecimento daquilo que se estava a passar era total, no fundo.

Finalizo, agradecendo ao Sr. Coronel todos os esclarecimentos que aqui prestou, a qualidade que revelou nas respostas que nos deu, a lealdade com que nos deu, de boa-fé, faço eu e os colegas também farão, as respostas. Também não o conhecia pessoal e profissionalmente, mas devo confessar o esclarecimento de que me sinto servido, neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, antes de terminar, queria agradecer as explicações que o Sr. Coronel forneceu há pouco.

Ia cingir-me agora sobre uma única referência de que até o Sr. Coronel já falou: o SICAVE. O Sr. Coronel saberá certamente o que é o Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Videovigilância Eletrónica do Exército.

Sabendo-se que todo o sistema de videovigilância foi considerado obsoleto, categoricamente, e classificado como tal, a partir de 2012, o Exército só a partir de 2015 é que começou a operacionalizar este sistema de videovigilância, fazendo vários contratos, uns por contratação pública, outros por ajustes diretos.

Aliás, foram gastos cerca de 400 000 € em 2015 e 2016 relativamente a esses contratos. Mas nenhum desses se dirigiu aos Países Nacionais de Tancos, sendo considerada uma estrutura de alta sensibilidade militar e de segurança.

O Sr. Coronel não acha estranho, inusitado, até, que, por exemplo, em 2015 tivessem sido feitos quatro contratos, em 2016, nada, em 2017, um — aliás, em 2015 não foram quatro, foram oito —, e que só estava previsto efetivamente a operacionalização do sistema de videovigilância nos Países Nacionais de Tancos em 2018? De facto, tinha conhecimento destes contratos?

Não acha estranho e inusitado o facto de estas estruturas militares não terem sido objeto, enfim, da mesma forma que foram outras instalações militares, destes sistemas de videovigilância?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, não ia voltar a este ponto, mas senti necessidade de o fazer, porque o Sr. Coronel acabou por não se debruçar sobre várias das questões que acabei por enunciar relativamente aos resultados dos processos de averiguações que motivaram, aliás, até, por questões de imagem do Exército, a sua exoneração temporária.

Mas aí são identificados os vários problemas pelo Exército e estamos a falar do que já discutimos aqui, ou seja, da diminuição em 75% do que seriam os efetivos que estariam estimados quando foram criados os paióis; da degradação das instalações físicas e de videovigilância; da falha nos treinos nas unidades que faziam a segurança ao paiol; da falha da unidade de comando e, inclusivamente, da deteção de que os procedimentos não eram iguais de unidade para unidade.

Pedi ao Sr. Coronel que se pronunciasse sobre isto, tanto mais que acho que era importante que quem foi exonerado, para que isso mesmo fosse analisado, nos dissesse hoje qual era a sua avaliação do que consta deste mesmo relatório. Também era importante saber, desde logo, se teve acesso a esse relatório e se, na sequência do que nos disse que eram as lições aprendidas, se estes mesmos relatórios tinham sido transmitidos aos comandantes das unidades que estiveram exonerados para que as lições aprendidas pudessem ser aprendidas por eles, mesmo.

Portanto, esses pontos são os que me levam, obviamente, a insistir com o Sr. Coronel para que, especificamente, se debruçasse sobre o que foi apurado nestes relatórios e que não foram objeto de resposta na pergunta anterior.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Machado prescinde de colocar perguntas, portanto, estão concluídas todas as rondas.

Esperamos, obviamente, as respostas do Sr. Coronel Ferreira Duarte às questões colocadas na última ronda.

O Sr. Cor. Inf. **Francisco José Ferreira Duarte**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vim aqui com o espírito de ser o mais claro possível, de tentar explicar e poder ajudar o mais possível, do ponto de vista técnico, daquilo que sei. Do que não sei ou do que não tenho conhecimento posso ter uma opinião, mas isso não contribui muito para uma coisa que pretende ser objetiva e factual.

Começando pela questão das munições desaparecidas: não tenho conhecimento quais sejam as munições desaparecidas. Foi o que eu disse, como não estou na linha de distribuição do conhecimento deste tipo de informações, que é dado a quem tem de averiguar, a quem tem de manter o controlo, não consigo ser mais claro do que fui acerca da quantidade ou tipologia das munições desaparecidas.

Sobre se alguma vez se imaginou ver uma unidade militar assaltada, é assim: não tenho reporte de um assalto que causasse tanto impacto, pela tipologia do material que foi roubado. Mais por isso, porque, entretanto, houve outros roubos — o roubo de munições do Regimento de Comandos, pelo menos de que me recorde.

Mas é mau quando uma empresa que fornece segurança falha nessa mesma segurança. O que é feito e para o qual trabalhamos todos os dias e que é o nosso produto operacional, é exatamente isso: segurança. Portanto, quando falhamos nessa área, ou porque não fomos atempadamente avisados, ou porque ninguém previa, ou porque os meios não eram suficientes ou as medidas eram desajustadas, seja lá pelo que for, nunca nos poderemos sentir bem.

Mas para tentar responder à sua questão, é difícil imaginar uma empresa de segurança, passo a expressão, a ser assaltada. Isso é a

descredibilização dessa mesma empresa. Não é uma coisa que se deseje, com a qual se fique muito agradado e trabalhamos todos os dias para que tal não aconteça. Mas acontece, portanto, ainda não atingimos a perfeição, ainda há, eventualmente, muitas coisas para fazer.

Esta é a percepção que tenho acerca da segunda questão que me colocaram.

Face aos acontecimentos, é claro que... Eu não estava nessa...

Temos vários níveis de decisão na hierarquia do Exército, que é uma organização extremamente hierarquizada, e os comandantes do Regimento não estão no segundo nível de decisão, se calhar nem no terceiro, estão muito mais abaixo na estrutura, são mais executantes. Claro que podem e devem opinar e recomendar, porque são eles quem trabalha todos os dias com as preocupações e com a execução das coisas, mas a sensação que tive foi que aconteceram muitas coisas depois disto. Claro que umas foram imediatas, outras foram depois de ponderar e analisar um bocadinho e ver o que poderia ser feito, ver os prós e os contras. Isto vai também um bocadinho ao encontro da segunda resposta que darei mais à frente.

O Exército reagiu aos acontecimentos como normalmente está habituado a reagir quando estamos no nosso acampamento e somos atacados pelo inimigo: temos um plano de segurança, reagimos imediatamente para tentar preservar a integridade da força e, a seguir, depois de nos reorganizarmos, estabelecemos uma estratégia, um plano, para contra-atacar, que é o plano para evitar que isso volte a acontecer, que leva mais tempo e requer outras ferramentas, nomeadamente averiguações, ver o que correu mal, aprender com os erros, etc..

Portanto, o Exército reagiu dessa forma. Especificamente, o que é que fez? Não consigo dizer-lhe porque eu não estava nesse nível de decisão, mas fez, sei que fez alguma coisa, porque depois recebi do Regimento normas de execução relacionadas com isto: recebi uma nova diretiva da Brigada, uma

nova norma de execução permanente, a utilização das munições nos carregadores e nas armas passou a ser feita de maneira diferente, o número de militares também mudou. Mal seria se não acontecesse nada!

Portanto, foi feito. Se foi suficiente ou não, para tal teria de acontecer a desgraça de sermos assaltados outra vez e não desejamos isso, de forma alguma.

Diz que depois dos acontecimentos, os assuntos internamente parece não terem sido resolvidos da melhor forma: não tenho capacidade de analisar isso...

O Sr. José de Matos Rosa (PSD): — Isso foi um comentário meu!

O Sr. Cor. Inf. Francisco José Ferreira Duarte: — ... nem de tecer qualquer tipo de comentário.

Pronto, acho que é basicamente isto que me apraz dizer acerca das suas perguntas, Sr. Deputado.

Acerca das perguntas colocadas pelo Sr. Deputado Diogo Leão, confirmo que eram oito militares porque era o que estava determinado: um sargento, um cabo e seis soldados. Nem sequer eram oito militares, o escalão superior especificou quais eram os postos, quais eram as categorias de militares que deveriam desempenhar aquela função.

Portanto, confirmo que, efetivamente, eram oito militares que faziam aquele serviço. Para uma área daquela dimensão, tenho de responder da forma que respondi inicialmente: temos de ir perguntar a quem fez o plano e saber quais foram os fatores que levaram a decidir que fosse assim. Podem dizer que o nível de ameaça ou as condições não justificavam a existência de mais elementos. Não sei, vão ter a oportunidade de perguntar isso, eventualmente, a quem fez o plano, mas eu não posso estar a dizer que concordo ou discordo porque não estive na origem do plano.

A missão que recebíamos não era apenas a de fornecer homens. Nós tínhamos uma missão de segurança, só que era uma missão de segurança estipulada dentro de determinadas baías, que eram as normas de execução permanente. Tínhamos a missão de fazer a segurança àquelas instalações de acordo com aquele plano e segundo aquelas normas, portanto, havia coisas previamente estipuladas e havia outras em que poderíamos ter alguma flexibilidade, nomeadamente o número de patrulhas, se era de manhã ou de tarde, quanto tempo demoravam as patrulhas, etc.. Isso dava-nos alguma flexibilidade a que pudesse ser estipulado durante o *briefing* da missão, antes de iniciar a missão.

Esta era a questão que me colocou, se a missão era apenas a de fornecedor de homens ou se era missão de segurança. A minha missão, a do Regimento, que está aí na diretiva que também trouxe, era a de fornecer segurança de acordo com os procedimentos estipulados.

Perguntou-me se as vulnerabilidades eram reportadas. Sim, isso era efetuado e ainda hoje é feito. O que fazia em Tancos fazemos dentro das unidades: está o oficial de dia, o sargento da guarda, o sargento de dia, o cabo da guarda e todos eles têm uma responsabilidade, todos eles têm obrigatoriamente de escrever no final um relatório sobre o que aconteceu e sobre as deficiências detetadas a todos os níveis. E quando digo «a todos os níveis» refiro-me a se as luzes estão acesas, inclusive, se há água a correr — por uma questão de poupança, de economia —, se a vedação está danificada.

Se, mais tarde, o comandante dele ou o oficial de operações, que, normalmente, é o homem da SOIS — Secção de Operações, Informações e Segurança da unidade — deteta uma coisa que não foi reportada pelo pessoal que esteve de serviço, vai perguntar assim: «Meu rapaz, o que é que falhou aqui? Não passaste pelo sítio ou simplesmente esqueceste-te de o reportar?». Portanto, aquilo é uma preocupação de toda a unidade, as disposições de segurança são de toda a guarnição, por assim dizer.

Isto para dizer que as vulnerabilidades eram todas reportadas, porque a pior coisa que pode acontecer é que quem tenha a responsabilidade de resolver os problemas diga que ninguém disse nada! Isso não pode acontecer. É nossa obrigação, é nosso dever de missão informar, pronta e oportunamente, de todas as ocorrências e de todas as deficiências encontradas. Eram estes os procedimentos.

Quanto ao oficial de dia, vou dizer, quase com garantia, que era o oficial de dia pertencente à brigada da UAGME, porque fica mais perto, que passava uma vez de manhã e uma vez à tarde, se não estou em erro, que passava para ver como estava a decorrer o serviço. Isso está escrito numa NEP, se não estou em erro, mas agora não consigo precisar.

Pergunta-me como soube da notícia e informação aos comandantes: um militar está disponível 24 horas por dia, sete dias por semana e 365 dias por ano, mas é impensável que não tenha de descansar, retemperar as energias, etc.. Portanto, há pessoal designado para o serviço que, esse sim, faz serviço de 24 horas, e há medidas que se tomam, que estão definidas, estipuladas, para quando acontecem situações deste género.

Quando acontece algo deste género há um esquema de informação — relatórios que se mandam imediatamente, esquemas que se fazem, contactos que se fazem — em que toda a cadeia é informada, é avaliada a situação, é chamado o Gabinete de Crise, se for necessário, para avaliar a situação e para deliberar se é necessário tomar outras medidas ou não.

Portanto, soube quando tive de saber. Se não foi necessário, a determinada altura, informar ou requerer ações por parte dos comandantes, não fomos informados. Mais tarde, passados dois, três dias, chegou-me uma diretiva que dizia: a partir de agora os militares fazem isto com as munições, altera esta diretiva, altera...

Portanto, em devida altura, quando foi entendido como sendo o momento adequado, recebi, do meu escalão superior, indicações do que tinha

de alterar relativamente aos procedimentos de segurança. Foi o que aconteceu e é o que acontece normalmente. Se fosse um outro nível de ameaça — em vários pontos, em larga escala —, se calhar teríamos, passo a expressão, o «toque a recolher» para todos e todos teríamos de nos apresentar ao serviço para resolver o problema. Isso não foi entendido como necessário e, portanto, foi feito desta forma.

Penso que abordei todas as questões que o Sr. Deputado Diogo Leão me colocou.

Sr. Deputado João Vasconcelos, acerca do SICAVE: não sou *expert* na matéria do SICAVE. Posso dizer-lhe o que sei, na ótica do utilizador.

A partir de uma determinada altura foi feito um plano de implementação de sistemas de videovigilância no Exército que recebeu uma priorização e foi executado um plano de acordo com o investimento, que é elevado, e que tinha de ser feito todos os anos. É isto que sei. E também sei que o meu Regimento ia ser intervencionado de acordo com o plano, sei disso por causa disso.

Quando é que este plano cobria os paióis de Tancos ou não, não sei, não tenho esse conhecimento. O Sr. Deputado disse que estava previsto para 2018, não sei se não era para 2017, mas também não é importante para o caso. O certo é que estava prevista a intervenção da colocação desse sistema também naquelas instalações.

Por que é que não houve alteração das prioridades? Não lhe posso responder, naturalmente, não consigo, não tenho conhecimento. Dizer assim: «Isto deveria ser revisto», não, não sou eu. Posso alertar, mas não é da minha competência alterar um plano ou uma prioridade que é da responsabilidade de alguém.

Não sei se estou a ser suficientemente claro.

Acerca do SICAVE é só isto que tenho a dizer.

Este era mais outro dos sinais que eu tinha, além da construção do muro, além de o SICAVE estar a cobrir todas as áreas, inclusive Tancos, de que os nossos alertas e preocupações, em termos da deterioração do material com a utilização — o material deteriora-se e já estava assim há algum tempo, como sabemos —, não tinha caído em saco roto. Estavam previstas intervenções naquelas instalações. Se era tarde demais ou cedo demais, se era oportuno ou não, isso tenho de o remeter para quem faz o plano e para quem estabelece as prioridades, o que não é o meu caso.

Não sei se abordei o que pretendia saber.

Finalmente, acerca dos processos de averiguações que levaram às exonerações, não tenho esse conhecimento. Não tenho conhecimento dos processos de averiguações nem dos seus resultados. Não faz parte... Não tenho, efetivamente.

Também já disse, a determinada altura da nossa conversa, que a exoneração não tem obrigatoriamente a ver com o resultado. Pode ter, mas não está uma coisa associada à outra. Se os resultados dos processos de averiguações originaram alguma coisa...

Repare no seguinte: uma determinada entidade, neste caso, o chefe máximo do Exército, mandou, porque assim o entendeu, abrir três processos de averiguações, deu um prazo para a conclusão dos mesmos, porque era urgente, e recebeu essas informações. Não sei se foi o caso mas, normalmente, o que é que ele faz? Chama o seu Estado-Maior e atribui tarefas. Diz «quero que me planeiem isto» e «quero que mudem isto», de acordo com os ensinamentos que saíram daqueles processos de averiguações.

Quando chega às unidades, o nível de execução já vem como diretiva. Face aos resultados das averiguações, o General Chefe determina que, a partir de agora, faz-se assim; a partir de agora, faz-se daquela maneira.

Portanto, o que nos chega, o que é normal, não são os resultados das averiguações, porque aquela é informação recebida por quem tem a responsabilidade de responder por aquelas áreas, para ajustar, modificar e implementar o que tiver de implementar e para mandar executar quem tem de executar.

Talvez por essa razão não tenha tido oficialmente conhecimento dos resultados das investigações. Apenas recebi novas diretivas, novas normas de execução permanente, novas orientações, para este tipo de procedimentos.

Não sei se respondi. Provavelmente estaria à espera de uma resposta mais desenvolvida, mas não a tenho. Aquilo que recebo a nível do regimento são as ordens superiores, as diretivas, para execução.

É o que tenho. Não tenho mesmo mais nada, garantidamente.

Quero terminar agradecendo a vossa paciência para me ouvir e reiterar que, para mim, é uma honra estar aqui. Tentei ajudar o mais que podia, de acordo com aquilo que sabia. Fui completamente aberto, transparente, e tentei evitar opiniões, porque só a mim me dizem respeito e não seriam uma grande mais-valia quando se pretende apurar dados e factos concretos.

Espero ter sido o mais prestável possível e estarei sempre disponível para complementar qualquer outro tipo de informação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel Ferreira Duarte.

Relativamente à utilidade do depoimento, obviamente, o Presidente da Comissão não se substitui ao juízo que cada grupo parlamentar fará, mas posso, seguramente, em nome de toda a Comissão, agradecer a forma como prestou todos os esclarecimentos solicitados e, em nome de todos os Deputados, agradecer a sua presença.

Queria apenas, antes de concluir, recordar que a próxima audição decorrerá na próxima quarta-feira, às 17 horas, e será com o Sr. Coronel de

Infantaria Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira. Tendo a sua audição sido requerida apenas pelo Grupo Parlamentar do PS, será este grupo parlamentar a iniciar essa audição.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 44 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.